



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS-UFNT
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMANDAS POPULARES E
DINÂMICAS REGIONAIS-PPGDIRE**

PRISCILLA NOVAES NOGUEIRA

**EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE, MERCADO DE TRABALHO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL: um estudo da relação entre as atividades econômicas
locais e a capacitação a partir do IFMA em 4 municípios das regiões gerais de Balsas e
Tocantins Maranhense - MA**

Araguaína- TO
2023

PRISCILLA NOVAES NOGUEIRA

EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE, MERCADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: um estudo da relação entre as atividades econômicas locais e a capacitação a partir do IFMA em 4 municípios das regiões gerais de Balsas e Tocantins Maranhense - MA

Texto de Defesa apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais – PPGDIRE, para fins de qualificação e posterior obtenção de título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional/Demografia, tendo como subárea Demandas Populares e Dinâmicas Regionais. Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional/Demografia. Subárea de Concentração: Demandas Populares e Dinâmicas Regionais. Linha de Pesquisa: Desenvolvimento e tecnologias sociais.

Orientador: Prof. Dr. Lauro Santos Pinheiro.

Araguaína, TO
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

N778e NOGUEIRA, PRISCILLA.

EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE, MERCADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: um estudo da relação entre as atividades econômicas locais e a capacitação a partir do IFMA em 4 municípios das regiões gerais de Balsas e Tocantins Maranhense - MA . / PRISCILLA NOGUEIRA. – Araguaína, TO, 2023.

88 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, 2023.

Orientador: Lauro Pinheiro

1. Desenvolvimento. 2. Emprego. 3. Educação Profissionalizante. 4. IFMA.
I. Título

CDD 711.4

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

PRISCILLA NOVAES NOGUEIRA

EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE, MERCADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: um estudo da relação entre as atividades econômicas locais e a capacitação a partir do IFMA em 4 municípios das regiões gerais de Balsas e Tocantins Maranhense - MA

Texto de Defesa apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais – PPGDIRE, para fins de qualificação e posterior obtenção de título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional/Demografia, tendo como subárea Demandas Populares e Dinâmicas Regionais e APROVADA pelo orientador e Banca Examinadora.

Aprovada em: 28/03/2023.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Lauro Santos Pinheiro
Orientador - PPGDIRE/UFNT

Prof. Dr. João de Deus Leite
Examinador Interno - PPGDIRE/UFNT

Prof. Dr. Rômulo Soares Barbosa
Membro Externo- UFMG/ Unimontes

Dedico este trabalho à minha filha amada, Rebeca, que, ao nascer, deu-me a missão de criá-la, sempre proporcionando o melhor.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, não poderia deixar de agradecer a quem me deu a vida e que todos os dias faz-me descobrir o sentido de viver, quem deu a melhor missão que foi criar minha filha, a Ele que mostra que a fé é inabalável e que somente confiar e agradecer faz com que a vida se torne leve. A ti, Deus, seja dada toda honra e glória.

Agradeço à minha filha Rebeca, por compreender que todo esforço feito é pensando nela, ela que supera todos os dias a saudade e a distância da mãe, seja por trabalho ou por estudo, menina da personalidade forte e que sabe enxergar o quanto devemos lutar para alcançar os nossos objetivos.

Aos meus pais, gratidão eterna, por poder cuidar da minha filha, enquanto a sua filha lutava e luta pelos estudos e pelo trabalho. A eles deixo meu respeito e minha gratidão pela educação e pelo investimento nos meus estudos.

Ao meu amigo de trabalho Prof. Dr. Reinouds Lima Silva, pelo incentivo ao programa de mestrado e apoio na minha carreira profissional e educacional, fazendo-me despertar para o estudo e mostrando-me a importância da pesquisa para carreira docente.

Ao meu orientador Prof. Dr. Lauro Santos Pinheiro, que contribuiu muito para minha escrita, abraçando o tema proposto e compreendendo os meus atrasos nas entregas dos capítulos. Professor, obrigado pela sua orientação e pela forma como abordava as minhas falhas, deixando-me tranquila e à vontade para aceitar as suas correções. Obrigada.

Aos meus colegas de trabalho, em especial ao Prof. Ms. Carlos Di Stefano, com suas contribuições e explicações como geógrafo. À minha amiga e colega de trabalho Profa. Dina Karla Nascimento, com quem divido casa e aflições do mestrado. Às minhas amigas mestradas, que levarei para vida, Luciana Cruz e Edna, pelo apoio e pelas orações divididas.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire), pelo enriquecimento que nos foi possibilitado nesta jornada no Programa.

A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para vida é a própria vida.

(JOHN DEWEY)

RESUMO

O desemprego é pauta relevante do cenário brasileiro e quanto mais pessoas desempregadas, mais difícil é entrar no mercado de trabalho, tornando mais competitivo para os que conseguiram uma educação básica ou profissionalizante de qualidade. O desenvolvimento social e econômico de um local depende de um mercado que possa absorver profissionais capacitados e o sujeito precisa de educação para que possa conquistar um emprego e exercer o seu trabalho de forma digna, e para discussão sobre desenvolvimento, educação e emprego, foram referenciados os autores Santos (1988; 2008; 2006; 2018), Sen (2010) e Pochmann (2008). No sentido contrário ao desemprego, foi criada a expansão das Redes Federais, com o objetivo de proporcionar educação profissionalizante e tecnológica a pessoas menos favorecidas, tornando-se um agente local de desenvolvimento social. Na perspectiva de compreender a importância do IFMA para o desenvolvimento local é que surgiu o questionamento: em que medida a oferta de cursos profissionalizantes do IFMA em 4 municípios das regiões Gerais de Balsas e Tocantins Maranhense - MA se mostra aderente, ou não, as atividades econômicas locais? Para responder a essa pergunta, tem-se como objetivo geral analisar em que medida a oferta de cursos profissionalizantes do IFMA em 4 municípios das regiões Gerais de Balsas e Tocantins Maranhense- MA se mostra aderente ou não as atividades econômicas locais. Em termos de objetivos específicos, formularam-se os seguintes: identificar as atividades econômicas locais dos municípios pesquisados; identificar e analisar as atividades econômicas que mais geram emprego e renda; analisar o modo como a educação profissional oportunizada pelos IFMA produzem implicações, ou não, para as oportunidades de mercado de trabalho em sua área de abrangência geográfica. Para o alcance destes objetivos, utilizou-se uma metodologia de natureza qualitativa, com objetivos descritivos, com a utilização de fontes secundárias, com a coleta de dados documentais e análise de dados descritivos, entre os anos de 2019 e 2021. A pesquisa ocorreu em dois momentos, no primeiro com a coleta de informações dos dados de admissão e demissão do CAGED e dados das atividades econômicas que mais geram emprego e renda no local extraídos do IBGE referentes aos municípios de Carolina, de São Raimundo das Mangabeiras, de Porto Franco e de Imperatriz; no segundo momento, foram coletados os dados relativos aos cursos técnicos ofertados nos campi dos IFMA localizados nesses municípios. O resultado de cada município foi obtido de forma específica, sendo abordadas as características histórica, econômica e de empregabilidade dos municípios e os cursos que cada Campus do IFMA ofertou a essas comunidades. Concluindo, entende-se que não basta apenas a implantação dos cursos técnicos, mas é preciso conhecer as demandas do local.

Palavras-chave: desenvolvimento; emprego; educação profissionalizante; IFMA.

ABSTRACT

Unemployment is a relevant issue in the Brazilian scenario and the more people who are unemployed, the more difficult it is to enter the labor market, making it more competitive for those who have obtained a quality basic or professional education. The social and economic development of a place depends on a market that can absorb trained professionals and the subject needs education so that he can get a job and carry out his work in a dignified manner and for discussion on development, education and employment, reference was made to the authors Santos (1988; 2008; 2006; 2018), Sen (2010) and Pochmann (2008). In the opposite direction to unemployment, the expansion of the Federal Networks was created with the objective of providing professional and technological education to less favored people and becoming a local agent of social development. With a view to understanding the importance of the IFMA for local development, the question arose: To what extent does the IFMA offer professional courses in 4 municipalities in the Gerais regions of Balsas and Tocantins Maranhense-MA adhere or not to the local productive arrangement? To answer this question, the general objective is to analyze to what extent the offer of professional courses at IFMA in 4 municipalities in the Gerais regions of Balsas and Tocantins Maranhense-MA is adherent or not to the local productive arrangement. Specifying the objectives regarding the identification of local productive arrangements of the surveyed municipalities; regarding the investigation of the economic sectors that most generate jobs and income; and the analysis of how the professional education provided by the IFMA has implications or not for job market opportunities in their geographical area. To achieve these objectives, a qualitative methodology was used, with descriptive objectives, with the use of secondary sources, with the collection of documentary data and analysis of descriptive data, between the years 2019 to 2021. The research took place in two moments, in the first moment with the collection of information from the CAGED admission and dismissal data and data from the local productive arrangements and the economic sectors that most generate employment and income in the place extracted from the IBGE referring to the municipalities of Carolina, São Raimundo das Mangabeiras, Porto Franco and Imperatriz; in the second moment, data related to the technical courses offered on the campuses of the IFMA located in these municipalities were collected. The result of each municipality was obtained in a specific way, addressing the historical, economic and employability characteristics of the municipalities and the courses that each IFMA Campus offered to these communities. Concluding that the implementation of technical courses is not enough, but it is necessary to know the demands of the place.

Keywords: development; Job; vocational education; IFMA.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-	Mapa da tipologia PNDR (2008 a 2011)	22
Figura 2-	Mapa da proposta de regionalização de Desenvolvimento do Estado do Maranhão	25
Figura 3-	Tabela de caracterização geográfica, econômica e social da Região.....	29
Figura 4-	Caracterização Geográfica, Econômica e Social da Região Tocantins Maranhense.....	32
Figura 5-	Localização dos <i>campi</i> e Centro de Referência do IFMA.....	40

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1-	Comparativo de admissões e de desligamentos da Região Gerais de Balsas no ano base-2021.....	31
Gráfico 2-	Comparativo do número de empregados e de desempregados em relação ao PEA da Região Gerais de Balsas ano base 2021.....	31
Gráfico 3-	Comparativo de admissões e de desligamentos da Região Tocantins Maranhense no ano base-2021.....	34
Gráfico 4-	Comparativo do número de empregados e de desempregados em relação ao PEA da Região Tocantins Maranhense ano base 2021.....	34
Gráfico 5-	Perfil de admissões e de desligamentos das atividades econômicas do município de São Raimundo das Mangabeiras.....	46
Gráfico 6-	Cursos ofertados no IFMA São Raimundo das Mangabeiras.....	49
Gráfico 7-	Perfil de admissões e de desligamentos das atividades econômicas do município de Carolina.....	55
Gráfico 8-	Cursos ofertados no IFMA Carolina.....	57
Gráfico 9-	Perfil de admissões e de desligamentos das atividades econômicas do município de Porto Franco.....	61
Gráfico 10-	Cursos ofertados no IFMA Porto Franco.....	62
Gráfico 11-	Perfil de admissões e de desligamentos das atividades econômicas do município de Imperatriz.....	68
Gráfico 12-	Cursos ofertados no IFMA Imperatriz.....	69

LISTA DE MAPAS

Mapa 1-	Municípios e fluxos de estudantes para Campi IFMA da Região Gerais de Balsas.....	48
Mapa 2-	Municípios e fluxos de estudantes para Campi IFMA da Região Tocantins Maranhense.....	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-	Produto Interno Bruto do Município de São Raimundo das Mangabeiras.....	46
Quadro 2-	Produto Interno Bruto do Município de Carolina.....	54
Quadro 3-	Produto Interno Bruto do Município de Porto Franco.....	60
Quadro 4-	Produto Interno Bruto do Município de Imperatriz.....	67
Quadro 5-	Resumo dos resultados obtidos na pesquisa.....	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APL	Arranjo Produtivo Local
BR	Rodovia Brasileira
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEFET	Centros Federais de Educação Tecnológica
CONSUP	Conselho Superior
COVID-19	<i>Coronavirus Disease 2019</i>
ESOCIAL	Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas
FIC	Formação Inicial e Continuada
FIEMA	Federação da Indústria do Estado do Maranhão
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFMA	Instituto Federal do Maranhão
IMESC	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos Cartográficos
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MA	Maranhão
MATOPIBA	Regiões formada pelo Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio
PNB	Produto Nacional Bruto
PNCM	Parque Nacional Chapada das Mesas
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.
RAIS	Relação Anual de Informação Social
SETUR	Secretaria Municipal de Turismo
SUDAM	Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
UNEDI	Unidade de Ensino Descentralizada de Imperatriz
UTFPR	Universidade Tecnológica do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	REGIONALIZAÇÃO NO CONTEXTO SOCIOECONÔMICO	20
2.1	Política Nacional de Desenvolvimento Regional- PNDR	21
2.2	Propostas de Desenvolvimento das Regiões do Estado do Maranhão	24
2.3	Desenvolvimento Regional no contexto econômico e social	26
2.4	Caracterização da Região Gerais de Balsas	29
2.5	Caracterização da Região Tocantins Maranhense	31
3	MERCADO DE TRABALHO, EMPREGO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	35
3.1	Educação como vetor de empregabilidade	36
3.2	Criação e expansão da Rede Federal de Educação Profissional	37
4	ESTUDO DA RELAÇÃO ENTRE AS ATIVIDADES ECONÔMICAS LOCAIS E A CAPACITAÇÃO A PARTIR DO IFMA	42
4.1	Município de São Raimundo das Mangabeiras	45
4.1.1	Instituto Federal do Maranhão – Campus São Raimundo das Mangabeiras	47
4.1.1.1	<i>Resultado</i>	49
4.2	Município de Carolina	53
4.2.1	Instituto Federal do Maranhão- Campus Avançado Carolina.....	56
4.2.1.1	<i>Resultado</i>	57
4.3	Município de Porto Franco	59
4.3.1	Instituto Federal do Maranhão- Campus Avançado Porto Franco	62
4.3.1.1	<i>Resultado</i>	63
4.4	Município de Imperatriz	66
4.4.1	Instituto Federal do Maranhão- Campus Imperatriz	68
4.4.1.1	<i>Resultado</i>	69
4.5	Quadro resumo dos resultados	77
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
	REFERÊNCIAS	84

1 INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho é um assunto constante e bastante relevante na sociedade em geral, trazendo consigo a conjuntura entre a oferta de trabalho e a demanda de trabalhadores. Nesse entrelace entre oferta e demanda, encontram-se variadas interconexões que podem interferir na oferta de emprego e na contratação de trabalhadores.

Conforme Antunes (2007, p. 40), “o trabalho tornou-se novamente um dos temas mais relevantes da atualidade, muitas são as interconexões e transversalidades que apresentam o retorno do trabalho como questão central dos nossos dias”. Percebe-se que o trabalho é um tema frequente, principalmente quando se trata do número de desemprego crescente no Brasil.

O Brasil, no ano de 2021, bateu recorde de desemprego. Segundo o IBGE (2022), no 1º trimestre do referido ano, a taxa de desocupação chegou a registrar 14,9%, sendo a maior taxa de desemprego registrada pela Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio (PNAD) desde do ano de 2012. Mesmo com a redução de 3,8 % na taxa de desocupação do 1º trimestre de 2022, o Brasil ainda está com 11,9 milhões de pessoas desempregadas.

Negar às pessoas as oportunidades econômicas e as consequências favoráveis que os mercados oferecem e sustentam pode resultar em privações (SEN, 2010, p. 43). Trabalho, educação, saúde, saneamento básico, segurança, lazer, entre outros, são direitos de todo cidadão, independentemente da sua esfera social. A falta desses serviços, entre eles o trabalho, pode ocasionar a privação da liberdade, impedindo o desenvolvimento social e econômico.

Conforme a Agência Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), o Estado do Maranhão no 1º trimestre de 2022 alcançou o percentual de 15,8 % de pessoas desocupadas, sendo considerado o Estado com menor percentual de pessoas com carteira assinada (47,3%) e a maior taxa de pessoas na informalidade (59,7%).

De acordo com o IBGE (2022), o desemprego se refere às pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar um trabalho. Para ser considerado desempregado, não basta não possuir um emprego. Na metodologia utilizada pelo IBGE na PNAD Contínua, o estudante que dedica seu tempo aos estudos e a dona de casa que estão fora da força de trabalho, bem como o empreendedor que possui seu próprio negócio são considerados ocupados. Na PNAD Contínua, é a pesquisa que mostra a quantidade de desempregados que há no Brasil, sendo conceituado de “desocupado”.

Conforme o PNAD (2022), dentre o quantitativo de pessoas desempregadas, os jovens entre 18 e 24 anos, bem como entre 25 a 39 anos são os que mais sofrem com a privação ao trabalho, representando, respectivamente, 30,6% e 35,9% de desocupação. Neste cenário em

que a oferta de trabalho é menor que a procura, as empresas ficam mais exigentes na hora da contratação, tornando o mercado de trabalho competitivo e despertando os candidatos a uma educação profissional que possam levá-los à competitividade.

A falta de oportunidade de emprego para esses jovens contribui para fatores econômicos e sociais, bem como pode os aproximar das categorias de pobreza e de exclusão. O desemprego é parte integrante do processo que pode comprometer o desenvolvimento das nações, já o pleno emprego significa alta taxa de crescimento do produto nacional, a estabilidade monetária, a melhor distribuição da renda e a redução do nível de pobreza (POCHMAN, 2008).

Para inserção no mercado de trabalho, é fundamental que os candidatos às vagas de emprego invistam em conhecimento e em qualificação e, nesse sentido, o acesso à educação e à formação profissional pode se tornar um fator determinante para inclusão social em face da dinâmica de trabalho e de emprego atual. A educação é indispensável para que o sujeito possa ocupar um emprego e exercer o seu trabalho de forma digna em troca de uma remuneração justa. Devido ao fato de o mercado de trabalho estar cada vez mais apertado e pouco dinâmico, os empregos mais nobres e de melhor remuneração acabam sendo preservados para os mais ricos, que são os que possuem as melhores educações, agravando o preconceito de classes (POCHMAN, 2014). Sendo assim, pode-se afirmar que os sujeitos que possuem condições econômicas são os que têm maior facilidade ao acesso a uma educação de nível superior ou capacitação profissional mais avançada, possibilitando a ocupação de cargos que pagam salários mais elevados.

Sen (2010) defende que a integração entre a economia, o social e a política fazem parte desse processo de desenvolvimento. Entende-se que para reduzir a desigualdade social, o acesso à educação e à formação profissional tornou-se um fator determinante para a inclusão social frente à movimentação de trabalho e de emprego vigente. O conhecimento é fundamental para qualificar os sujeitos, tornando-os competitivos no mercado de trabalho.

Segundo Zabala e Arnau (2010, p. 97):

O ensino deve facilitar o desenvolvimento das competências profissionais, exercendo, essencialmente, uma unção orientadora a qual permita o reconhecimento e a potenciação das habilidades de cada um de acordo com suas capacidades e seus interesses.

Zabala e Arnau (2010) também defendem que o desenvolvimento humano e social das pessoas se dá por meio do trabalho com foco na educação. Para que as pessoas possam ter acesso à educação técnica e tecnológica, faz-se necessário investimento nas políticas públicas, principalmente no que se refere à educação, proporcionando às classes desfavorecidas

condições qualitativas e competitivas para concorrer a um emprego. A educação, como política pública, está de modo permanente na pauta do estado brasileiro. Entretanto, a decisão governamental de implementar políticas públicas educacionais efetivas para população em face de suas demandas ainda padece da política de governo.

Com a pretensão de confrontar as questões de trabalho e de emprego, no ano de 2000, expandiu-se a política pública de educação profissional no Brasil, especialmente no interior dos estados brasileiros. A criação dos Institutos Federais e da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica possibilitou o crescimento do número de escolas técnicas, passando de 144 unidades, em 2006, para 661 unidades até o ano de 2019, conforme os dados do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Esse aumento dos Institutos Federais e a oferta de cursos facilitaram o acesso à educação, permitindo a capacitação de jovens e de adultos para serem competitivos no mercado de trabalho.

Os Institutos Federais assumem uma grande responsabilidade para com as comunidades das regiões nas quais estão inseridos, destacando-se em promover educação profissional, científica e tecnológica, oportunizando a capacitação, fortalecendo a mão de obra no mercado e contribuindo para o desenvolvimento social da região, conduzindo a pesquisadora ao seguinte questionamento: Em que medida a oferta de cursos profissionalizantes do Instituto Federal do Maranhão (IFMA) em 4 municípios das regiões Gerais de Balsas e Tocantins Maranhense - MA se mostra aderente ou não as atividades econômicas do local?

O IFMA figurou como um mecanismo de institucionalização de expansão da educação profissional no Brasil, sobretudo em termos de regionalização dessa educação; em termos oficiais, isso significou enfrentar questões de trabalho e de emprego, e levantou a hipótese de que os cursos profissionalizantes do IFMA em 4 municípios das regiões Gerais de Balsas e Tocantins Maranhense - MA se mostram aderentes as atividades econômicas locais, pois essas regiões encontram-se em crescente desenvolvimento econômico e possuem os maiores PIB's do Estado do Maranhão.

O objetivo geral desta dissertação é analisar em que medida a oferta de cursos profissionalizantes do IFMA em 4 municípios das regiões Gerais de Balsas e Tocantins Maranhense - MA se mostra aderente ou não a atividade econômico local. Quanto aos objetivos específicos, tem-se a proposta de:

- a) Identificar as atividades econômicas locais dos municípios pesquisados;
- b) Investigar as atividades econômicos que mais geram emprego e renda, considerado o recorte espacial focado nesta dissertação;

- c) Analisar de que modo a educação profissional oportunizadas pelos IFMA produzem implicações ou não para as oportunidades de mercado de trabalho em sua área de abrangência geográfica.

Para a proposta investigativa, apontam-se os municípios de: Carolina e de São Raimundo das Mangabeiras, que fazem parte da região gerais de Balsas, que compreendem 12 municípios e uma população estimada de 224.574 habitantes; e os municípios de Porto Franco e de Imperatriz, que compreendem a região Tocantins Maranhense, composta de 17 municípios e com uma população aproximada de 534.414 habitantes¹. Essas regiões apresentam relevantes indicadores de desenvolvimento e de transformação econômica, conforme será demonstrado nos tópicos referentes as regiões e, para acompanhar este processo, a demanda de trabalho necessita de profissionais capacitados e redes de ensino que possam oportunizar acesso ao conhecimento técnico e tecnológico para formação dessas comunidades, inclusive aos que não têm condições de investir em ensino profissional por suas próprias condições financeiras.

Os Institutos Federais foram criados para facilitar o acesso à educação profissional de jovens e de adultos que estão em busca de capacitação para competir no mercado de trabalho. A localização dos Institutos foi determinante para a escolha dos municípios que servirão de amostra para a pesquisa, na intenção de identificar as relações dos cursos ofertados com as atividades econômicas desenvolvidas nas regiões entre os anos de 2019 e de 2021.

Nesta dissertação, será abordado o desenvolvimento regional em face da educação profissionalizante e do mercado de trabalho e, para melhor compreensão das propostas de desenvolvimento regional do estado do Maranhão, será utilizado o documento de Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), elaborado pelo Ministério de Desenvolvimento Regional do Governo Federal (2007), e as obras referentes a este documento: Desenvolvimento Desigual e Planejamento Regional no Brasil, do autor Theis (2016); e Planejamento Regional Brasileiro no Início do Século XXI, da autora Silva (2015). Para incursão teórica, serão utilizadas as obras: Espaço e Método (1988); O Brasil: território e sociedade no início do século XXI (2008); A natureza do espaço (2006); e Espaço Dividido (2018), do autor Milton Santos, que nos fizeram compreender o desenvolvimento regional por meio do contexto histórico marcado pelo trabalho humano na sociedade. A obra Desenvolvimento como Liberdade, de Sen (2010), remeteu-nos que para o sujeito contribuir com o desenvolvimento do meio em que está inserido, ele precisa primeiramente de

¹ Informações colhidas com base no *site* do IBGE. Senso de 2010.

oportunidades que proporcionem a sua liberdade para se desenvolver. E a obra, O emprego no desenvolvimento da nação, de Pochmann (2008), mostrou-nos que o acesso à educação é um dos meios que proporcionará ao sujeito a liberdade para o seu desenvolvimento e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do meio em que está inserido.

2 REGIONALIZAÇÃO NO CONTEXTO SOCIOECONÔMICO

A regionalização se desenvolveu conforme o contexto histórico do país ao longo dos anos e, de acordo com Santos (2003), o desenvolvimento regional traz grande peso do passado. As regiões eram formadas a partir da solidariedade orgânica, produzindo identidades e culturas entre si, não havendo interferência do meio externo. A solidariedade era fruto da organização local, cultural, econômica, social e política que satisfazia a necessidade da região, fazendo com que os objetos representativos estivessem contidos no local.

Na solidariedade orgânica, cada indivíduo desenvolve o seu próprio trabalho que é exatamente o que o difere dos demais integrantes da sociedade. O autor afirma que:

No começo dos tempos históricos, cada grupo humano construía seu espaço de vida com as técnicas que inventava para tirar do seu pedaço de natureza os elementos indispensáveis à sua própria sobrevivência. Organizando a produção, organizava a vida social e organizava o espaço, na medida de suas próprias forças, necessidades e desejos (SANTOS 1996, p.18).

Ao longo da história, a sociedade brasileira foi se construindo conforme o uso e a organização do território, sendo essa construção apresentada por Santos e Silveira (2008) por meio de três grandes momentos: os meios naturais, os meios técnicos e os meios técnico-científico-informacional (SANTOS; SILVEIRA, 2008).

Conforme Santos e Silveira (2008), o primeiro período é marcado pela adaptação da presença humana na natureza e o tempo lento que a natureza leva para comandar as ações humanas de diversos grupos indígenas e pela instalação dos europeus. No período pré-técnico, a escassez era um dos instrumentos artificiais necessários ao domínio desse mundo natural.

A segunda fase é a dos meios técnicos, marcada pela mecanização que inicialmente era apenas na produção, sendo o momento em que o império da natureza começou a ficar fragilizado diante do avanço da mecanização e da inserção das máquinas ao território.

Segundo Santos e Silveira. (2008, p. 27-28):

As técnicas pré-máquina e, depois, as técnicas da máquina – mas apenas na produção – definem o Brasil como um arquipélago da mecanização incompleta. Mais tarde, com a incorporação das máquinas no território (ferrovias, portos, telégrafos), estaríamos autorizados a apontar um meio técnico da circulação mecanizada e da industrialização balbuciante, caracterizado também pelos primórdios da urbanização interior e pela formação da Região Concentrada². No pós-guerra sobrevém a integração nacional, graças à construção de estradas de rodagem, à continuação do estabelecimento das

² Regiões Concentradas, conforme Santos (2008), é constituída pelos Estados do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, de Minas Gerais, de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

ferrovias e a uma nova industrialização. Dá-se uma integração do território e do mercado, com uma significativa hegemonia paulista.

A terceira foi a difusão e a construção do meio técnico-científico-informacional, sendo marcada no Brasil pela revolução das telecomunicações. Conforme Santos e Silveira (2008, p. 28):

Cabe, todavia, diferenciar uma primeira fase, um período técnico-científico que, no Brasil dos anos 70, caracterizou-se, entre outros aspectos, por uma revolução das telecomunicações. É sobretudo nesse momento, que ultrapassando o seu estágio de pontos e manchas, o meio técnico realmente se difunde. Mas o novo meio geográfico (técnico-científico-informacional) permanece circunscrita a algumas áreas. Já com a globalização, informação e finanças passam a configurar a nova geografia, distinguindo os lugares segundo a presença ou a escassez das novas variáveis-chave.

A globalização e o avanço da tecnologia permitiram o agravante das diferenças regionais, aumentando a importância da Região Concentrada com a hegemonia paulista e a ocupação de áreas periféricas com produções modernas (SANTOS; SILVEIRA, 2008).

A ocupação dessas áreas periféricas com o avanço da tecnologia resultou em conflito de interesses. O trabalho comum passou a criar informações sobre a produção e sobre o mercado, conduzindo a uma consciência política com base na densidade comunicacional dinâmica e transformadora (SANTOS; SILVEIRA, 2008).

E como meio de reduzir as desigualdades sociais e econômicas, foram elaboradas as propostas de regionalização por meio da Política Nacional de Desenvolvimento Regional-PNDR, que será explanada no subtópico 2.1.

2.1 Política Nacional de Desenvolvimento Regional- PNDR

Com o propósito de enfrentar as desigualdades dos níveis de vida entre as regiões brasileiras, em 2003, no primeiro mandato do governo Lula, foram elaboradas as propostas da PNDR, estendendo-se o processo de discussão e de negociação da nova política até 2007, quando foi instituída pelo decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007 (THEIS, 2016). Tal política buscava traçar um diagnóstico das desigualdades regionais, subsidiando ações de planejamento e enfrentamento dessas realidades.

O decreto de nº 6.047 foi atualizado pelo decreto nº 9.810 de 2019, cuja finalidade é reduzir as desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, em geração de renda e em melhoria da qualidade de vida da população (BRASIL, 2019).

Na esteira de Silva (2015), até o ano de 2007, o planejamento regional apresentava a escala macrorregional na concepção que as regiões eram homogêneas. Com a criação do PNDR, passou-se a atribuir novos recortes e escalas regionais por meio da Tipologia da PNDR, que teve por objetivo classificar as microrregiões utilizadas pelo IBGE, a fim de orientar a natureza das políticas aplicáveis em cada uma delas.

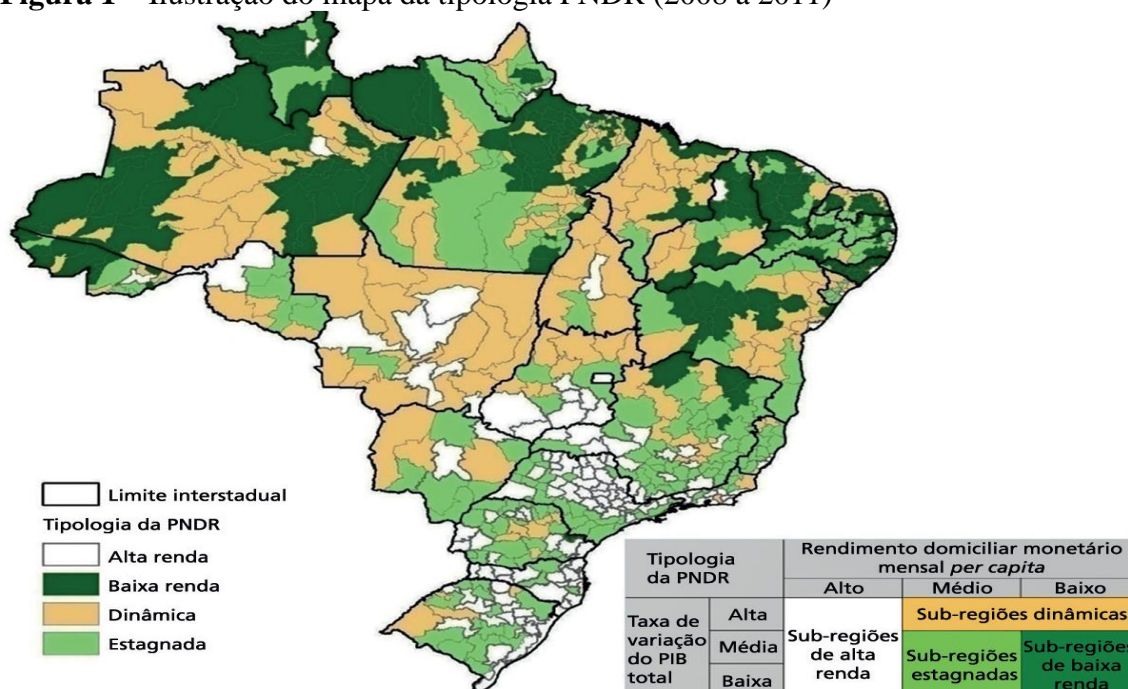
A tipologia proposta pela PNDR reconhece as desigualdades regionais em múltiplas escalas de intervenção e orienta políticas e programas que promovam o desenvolvimento territorial, articulando políticas setoriais para regiões e sub-regiões prioritárias, sobretudo as de baixa renda, estagnadas e com dinamismo recente (BRASIL, 2022).

Com o avanço da história brasileira, a configuração territorial passou a ser vista pela conjuntura natural, humanizada, econômica e social. Conforme Santos (2006, p. 62):

A configuração territorial, ou configuração geográfica, tem uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais

Silva (2015) elaborou um mapa com a tipologia da PNDR com referências de 2008 a 2011, adaptada de Brasil (2012). Observa-se a partir da ilustração (figura 1), o quanto é impactante a desigualdade no país.

Figura 1 – Ilustração do mapa da tipologia PNDR (2008 a 2011)



Fonte: Silva (2015)³.

³ A imagem foi elaborada pela autora Simone Affonso Silva, com base na fonte de adaptação Brasil (2012).

De acordo com o decreto nº 9.810 de 2019, a tipologia será revisada a cada censo demográfico a partir de estudo técnico elaborado pelo Núcleo de Inteligência Regional, com a colaboração técnica IBGE. A primeira revisão da tipologia ocorreria após a publicação do Censo Demográfico de 2020. A coleta de dados referentes ao censo 2020 não ocorreu por conta da pandemia de *COVID-19*⁴, sendo adiada para o ano de 2022 entre os meses de agosto a outubro. (IBGE, 2022).

De acordo com Santos (1988), a região compreende as relações entre as formas e seus conteúdos estabelecidos em um determinado espaço, interagindo entre si. Assim, a região se definiria como o resultado de possibilidades nela presentes, geradas pelo capital fixo e pelas relações políticas, sociais e culturais.

Para Haesbaert (2019, p. 117):

região diz respeito em primeiro lugar às questões elementares que envolvem a diferenciação do espaço geográfico, permitindo identificar suas partes e singularidades por meio das diferenças de natureza ou tipos e diferenças de grau (como as desigualdades).

Dessa forma, acredita-se que o plano de PNDR busca organizar a atividade humana em conformidade com as necessidades e os interesses de todos os integrantes de uma dada comunidade de pessoas em um certo espaço de tempo e em um certo espaço e, assim, possibilitar ações de desenvolvimento social e econômico.

Conforme Santos (2018), o nível econômico, assim como o social, é a chave da elaboração de uma teoria espacial, podendo dividir-se em duas coisas diferentes: produção ou consumo. A produção tende a se concentrar com mais força em alguns territórios quando se trata de atividades modernas, e o consumo responde pelas forças de dispersão, mas a seletividade social age como um freio, permitindo que a capacidade de consumir não seja a mesma qualitativa e quantitativa. Assim, criam-se dois circuitos econômicos responsáveis pelo processo econômico e pelo processo de organização do espaço como meio de adaptação à modernização e às realidades sociais.

Santos (2018) afirma que a cidade não pode mais ser estudada como uma máquina maciça; ele divide o processo econômico em dois subsistemas: o primeiro, o circuito superior, é originário da modernização tecnológica, tendo como elemento mais representativo os

4 A *COVID-19* é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global (BRASIL, 2023). A *COVID-19*, causada pelo coronavírus, tornou-se uma pandemia levando a óbito 696.324 pessoas no território brasileiro, registrado pelo Ministério da Saúde. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

monopólios, em que a essência de suas relações ocorre fora da cidade e da região que os abrigam, e tem por cenário o país ou o exterior; o segundo, o circuito inferior, é formado de atividades de pequenas dimensões e interessado, principalmente, nas populações pobres, sendo bem enraizado e mantendo as relações privilegiadas com sua região.

Pode-se afirmar, segundo a teoria de Santos (2018), que o PNDR é um plano voltado para o subsistema de circuito inferior, pois as suas propostas são de cunho social e econômico para o desenvolvimento da região. Esse é um subsistema muito utilizado em países subdesenvolvidos, segundo Santos (2018).

Legitimando o parágrafo anterior, como meio de reduzir as desigualdades sociais, o PNDR apresenta propostas de desenvolvimento produtivo, de ciência, de tecnologia e de inovação, de educação e de qualificação profissional, de infraestrutura econômica e urbana, de desenvolvimento social e de acesso a serviços públicos essenciais e fortalecimento das capacidades governamentais dos entes subnacionais (BRASIL, 2022).

Diante das propostas de desenvolvimento regional apresentadas pelo Governo, a presente pesquisa enfocou a realidade do estado do Maranhão, localizado na região nordeste, e que, de acordo com a figura 1, está entre as tipologias de baixa renda, estagnada e dinâmica.

Pode-se observar por meio da figura 1 que a tipologia do estado do Maranhão de maior abrangência é dinâmica, possuindo um rendimento médio e baixo, mas com uma economia significativa.

Com o PNDR, muitos Estados começaram a empregar políticas e programas de desenvolvimento regional. Santos (2006) afirma que quanto mais desiguais a sociedade e a economia, maior o conflito. Muitos desses conflitos pulam da ordem privada para ordem pública como forma de controle da desigualdade, proporcionando o desenvolvimento da região.

2.2 Propostas de Desenvolvimento das Regiões do Estado do Maranhão

Para a compreensão do planejamento do desenvolvimento estadual do Maranhão, fez-se necessária uma incursão no documento “Regiões de Desenvolvimento do Estado do Maranhão: proposta avançada elaborada pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos” (IMESC) referente ao ano de 2020.

O Governo do Estado do Maranhão, com a finalidade de traçar estratégias para o desenvolvimento estadual, regionalizou o seu território, baseando-se em duas premissas que fundamentaram a gestão do Governo Flávio Dino para o enfrentamento das desigualdades do

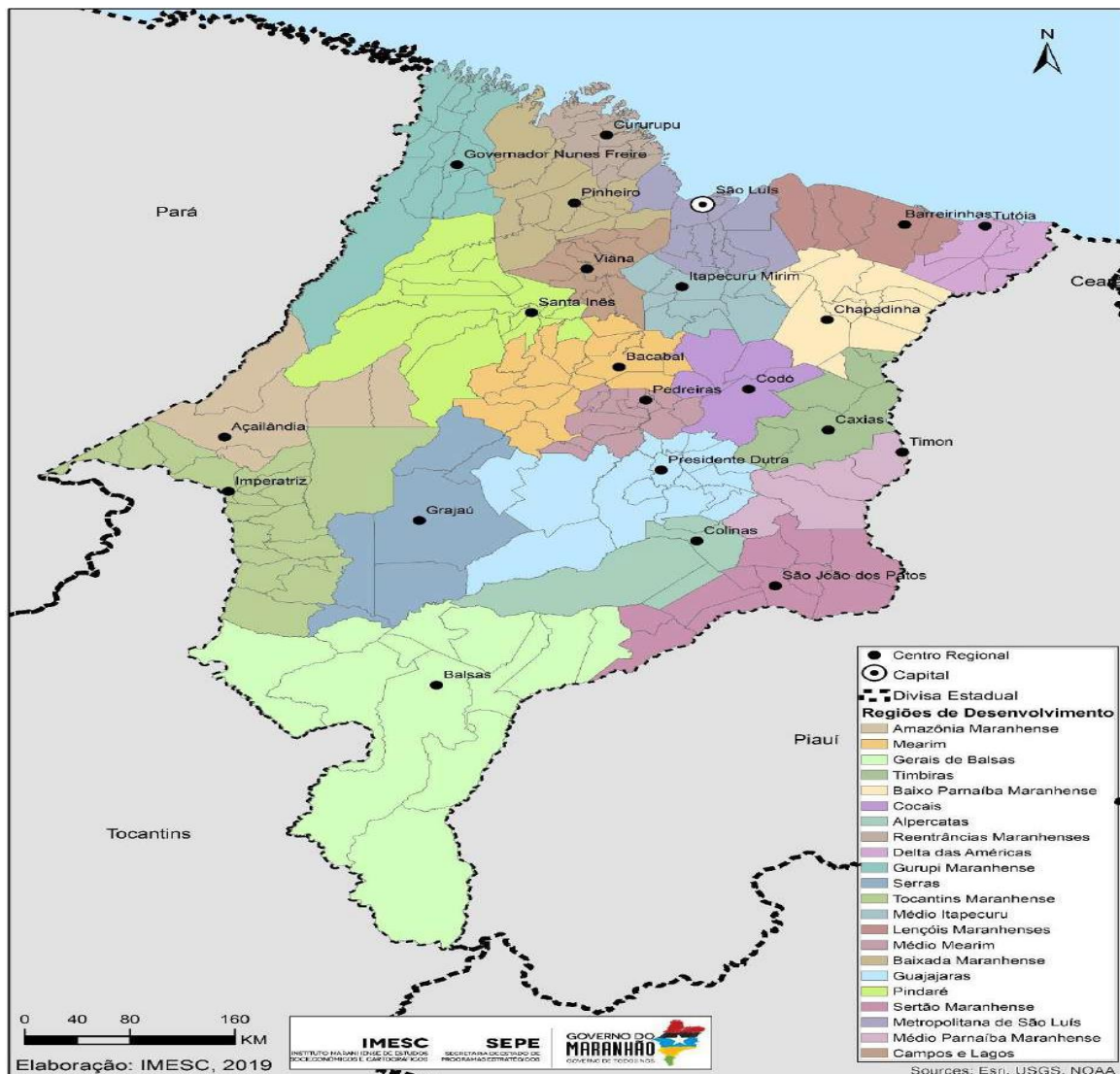
estado e do baixo índice de desenvolvimento humano em grande parte do município maranhense (IMESC, 2020).

De acordo com o IMESC (2020, p. 19):

A primeira dessas premissas parte da relevância da cidade como centro polarizador e com papel decisivo enquanto núcleo político administrativo dotado de diversidade de oportunidades. A segunda proposição está na centralidade das identidades produtivas regionais, nas cadeias de trabalho e na renda capaz de especializações e demandas tecnológicas que unificam lugares.

Logo, o IMESC, em concordância com o IBGE, propôs dividir o território maranhense em 22 unidades em conformidade com as relações existentes entre eles como polos de atração de oferta de oportunidade, articulando espaços e suas atividades (IMESC, 2020). A figura 2 apresenta o mapa da Proposta de Regionalização de Desenvolvimento do Estado do Maranhão.

Figura 2 - Mapa da proposta de regionalização de Desenvolvimento do Estado do Maranhão



Fonte: IMESC (2020).

A proposta de regionalização é melhorar as ações de planejamento, bem como promover o desenvolvimento equilibrado e equitativo de todos os territórios municipais e, conseqüentemente, do estado do Maranhão. E para uma melhor compreensão, no próximo subtópico, será tratado o desenvolvimento regional no contexto econômico e social.

2.3 Desenvolvimento Regional no contexto econômico e social

Nesse subtópico, para um conhecimento mais profundo sobre o desenvolvimento regional no contexto econômico e social, serão apresentadas discussões referentes aos autores: Sen (2010), Santos (2006), Santos e Silveira (2008), e Pochmann (2008).

Conforme Pochmann (2008), a partir da independência em 1822, o Brasil vem apresentando diferentes projetos estratégicos de desenvolvimento nacional. No início do século XIX, com José Bonifácio de Andrada e Silva, iniciaram-se as ideias em torno de um projeto civilizador da sociedade, viabilizando a nação brasileira.

Do século XIX em diante, foram registrados três grandes projetos políticos comprometidos com o desenvolvimento e relativamente estruturados. O primeiro projeto foi a abertura dos portos, com base no desenvolvimento a partir da liberalização produtiva, laboral, comercial, tecnológica e financeira. Em seguida, o segundo projeto direcionado ao mercado interno por meio da industrialização estimulada pelas políticas estatais (POCHMANN, 2008). O último projeto nacional de desenvolvimento, mesmo sem ter sido efetivado de forma ampla e concreta, permaneceu com uma possibilidade histórica. Sua presença deu-se muito mais no plano ideológico e cultural, nas mobilizações populares em torno do desenvolvimento nacional com reformas democratizantes, civilizadoras e igualitárias (POCHMANN, 2008).

No decorrer da história do desenvolvimento no Brasil, compreende-se que os projetos nacionais de desenvolvimento foram canalizados para questões econômicas. Somente com as reivindicações e lutas sociais formadas por sindicatos, por militares, por comunistas e por lutas de democratização da terra, da renda e da riqueza, foi que houve uma inclinação para as questões sociais e de desigualdades por meio das reformas democratizantes, civilizadoras e igualitárias.

Conforme Santos (2006), a economia marca uma etapa importante nesse processo, sendo que a presença do homem foi um fator novo na diversificação e na mudança de um dado social que no primeiro momento aumentou o seu poder transformador com a mesma mobilidade de homem criador, mas subordinado. Considere-se, a seguir, as palavras de Santos (2006, p. 131):

Com a marcha do capitalismo, amplia-se a tendência a que, sobre a diversificação da natureza, operada pelas forças naturais, se realize uma outra diversificação, também a escala global, mediante forças sociais. Primeiro, o “social” ficava nos interstícios; hoje é o “natural” que se aloja ou se refugia nos interstícios do social.

Este estudo não se trata da dissociação entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, mas sim da demonstração de que tanto a economia quanto o social são de suma importância para o desenvolvimento de uma região. A economia atual necessita de áreas contínuas que devem ser dotadas de infraestruturas coletivas, unitárias e indissociáveis ao seu uso produtivo, construídas com dinheiro público. Mas esses equipamentos chamados coletivos são, na verdade, feitos para serviços de empresas hegemônicas, deixando excluída ou depreciada parte da economia e da população (SANTOS; SILVEIRA, 2008).

Sen (2010) destaca que o desenvolvimento requer liberdade que depende não somente do crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, de industrialização, de avanços tecnológicos ou de modernização social, mas das disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e de saúde) e dos direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e de averiguações públicas).

Sobre a liberdade referente aos direitos civis, reporta-se ao artigo 5º e ao artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que tratam dos direitos e dos deveres individuais e coletivos, bem como dos direitos sociais:

Art. 5- todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Art. 6- são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988, não paginado).

Conforme Sen (2010, p. 16):

desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privações de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estado repressivos.

Considerando a incursão teórica apresentada, nesta dissertação, pode-se dizer que, na iminência de amenizar as privações de liberdade, para se fazer menção às palavras de Sen (2010), o Governo do Estado do Maranhão criou propostas de desenvolvimento das regiões baseadas na PNDR, corrigindo desequilíbrios sociais e econômicos, investindo em espaços carentes, disponibilizando infraestrutura e logística, atendendo carências e controlando

excessos, além do compromisso com o desenvolvimento do mercado interno por meio das atividades geradoras de emprego, de renda e de arrecadação de impostos (IMESC, 2020).

É possível afirmar, conforme o contexto histórico citado por Pochmann (2008) nesta seção, que o desenvolvimento local diz respeito ao perfil de intervenção pública e de abordagem analítica, cujas referências históricas ligadas aos três projetos estratégicos encontram-se interligadas e relacionadas com as iniciativas locais.

Segundo Sen (2010, p. 18):

a ligação entre liberdade individual e realização de desenvolvimento social vai muito além da relação constitutiva - por mais importante que ela seja. O que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas.

Face ao que foi discorrido sobre desenvolvimento, a pesquisa aborda dois pontos que podem ser fatores determinantes para o desenvolvimento de uma região. Educação e emprego são direitos sociais regidos pela Constituição Federal de 1988 e é obrigação do Estado oportunizar esses direitos a todo cidadão. A privação desses direitos pode ocasionar a perda da liberdade e o não desenvolvimento social (SEN, 2015). Vejam-se, a seguir, as palavras de Santos e Silveira (2008, p. 100);

É preciso relacionar o conhecimento do lugar com o conhecimento produzido no lugar. Essa informação endógena nutre-se da força da contiguidade territorial e da energia de um acontecer homólogo, e constitui uma possibilidade de dinamizar, pela base, a economia. Ela também fundamenta a divisão territorial do trabalho.

Reafirmando a proposta de Desenvolvimento Regional do Estado do Maranhão, o Governo do Estado tem o poder de intervir significativamente sobre os destinos da sociedade por meio de sua capacidade política e econômica e de sua autoridade institucionalizada sobre o território e a sociedade (IMESC, 2020).

Pode-se compreender que o desenvolvimento de um local depende primeiramente de planos de ações elaborados por políticas públicas voltados para os direitos sociais regidos pela Constituição Federal, a fim de reduzir as desigualdades sociais e proporcionar qualidade de vida, educação e capacitação profissional para que os indivíduos daquela região possam contribuir para o desenvolvimento econômico a partir de sua inserção no mundo de trabalho.

Com o propósito de estudo sobre o desenvolvimento regional do Estado do Maranhão, esta dissertação limita-se às caracterizações das regiões Gerais de Balsas e Tocantins Maranhense, que serão discorridas nos próximos subtópicos.

2.4 Caracterização da Região Gerais de Balsas

A região Gerais de Balsas, localizada no sul do Maranhão, compreende 12 municípios com uma área total de 57.171,461 km², uma população estimada de 226.915 habitantes e um PIB R\$ 6.045.063,00 (IMESC, 2020), conforme demonstra a tabela da figura 3 a seguir.

Figura 3- Tabela de caracterização geográfica, econômica e social da Região

Região /Municípios	Área (km ²) 2018	População 2010			População Estimada 2019	Densidade Demográfica (hab./km ²) 2018	PIB 2017 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
Gerais de Balsas	57.171,461	145.402	64.566	209.968	226.915	3,97	6.045.063
Alto Parnaíba	11.132,176	7.028	3.738	10.766	11.190	1,01	287.919
Balsas	13.141,757	72.771	10.757	83.528	94.887	7,22	3.046.413
Carolina	6.441,603	16.237	7.722	23.959	24.322	3,78	309.096
Feira Nova do Maranhão	1.473,414	1.927	6.199	8.126	8.504	5,77	65.265
Fortaleza dos Nogueiras	1.853,994	7.019	4.627	11.646	12.631	6,81	142.144
Loreto	3.596,844	6.360	5.030	11.390	12.157	3,38	192.188
Nova Colinas	743,087	2.210	2.675	4.885	5.384	7,25	55.955
Riachão	6.373,030	10.205	10.004	20.209	20.195	3,17	310.487
Sambaíba	2.478,702	2.836	2.651	5.487	5.671	2,29	216.683
São Félix de Balsas	2.032,364	1.628	3.074	4.702	4.585	2,26	48.009
São Raimundo das Mangabeiras	3.521,515	12.533	4.941	17.474	18.868	5,36	386.359
Tasso Fragoso	4.382,975	4.648	3.148	7.796	8.521	1,94	984.545

Fonte: IMESC (2020).

A região Gerais de Balsas é bastante conhecida pela sua produção agrícola em grãos de soja, tornando-se atraente para os produtores de outras regiões do país que passam a migrar para região, ocupando áreas rurais para o cultivo da semente. Normalmente, os gaúchos são os que mais migram para a região e essa migração permite com que ela se desenvolva economicamente por meio de investimentos que são feitos nas localidades, como a agroindústria e o agronegócio.

Além do reconhecimento na agricultura, a região Gerais de Balsas também é conhecida pelos seus atrativos turísticos. Na região, fica localizado o Parque Nacional da Chapada das Mesas, criado pelo Decreto (federal) S/Nº de 12/12/2005. Uma área de conservação ambiental que possui um total de 159.953,78 hectares de proteção, ocupando os municípios de Carolina, de Riachão e de Estreito, sendo Carolina a que possui a maior área da reserva; desses

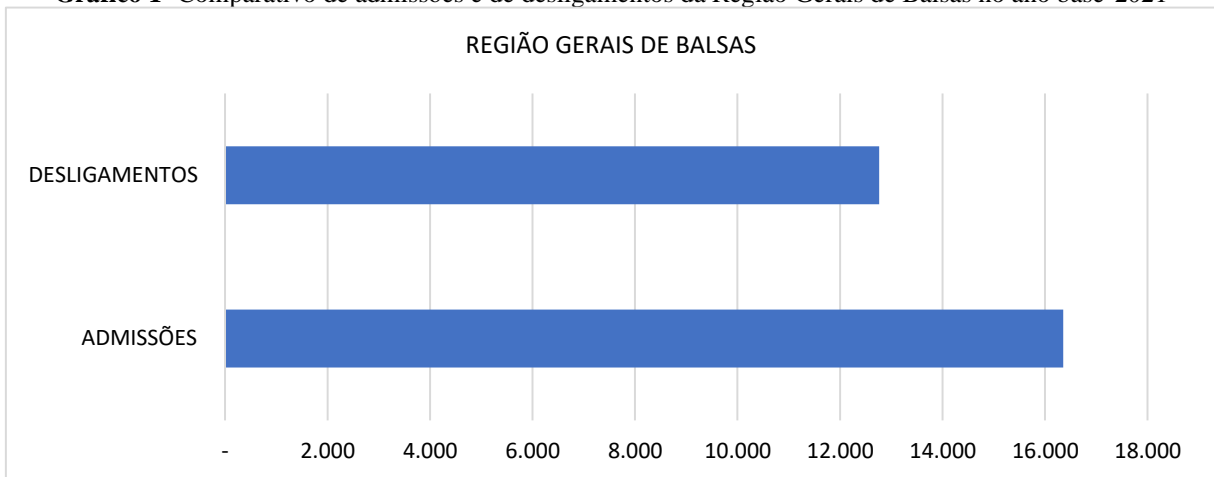
municípios, somente Estreito não faz parte da região Gerais de Balsas, sendo pertencente à região Tocantins Maranhense, que será enfocada mais à frente (ICMBIO, 2019).

O Parque Nacional da Chapada das Mesas foi criado para preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas, desenvolvimento de atividades educacionais e do turismo ecológico. Como ponto turístico, o Parque possui mais de 400 nascentes que banham 22 rios e cachoeiras, possibilitando os passeios de trilhas e as visitas nas cachoeiras e nos morros localizados dentro dele (ICMBIO, 2019).

Quanto às potencialidades econômicas da região, não se pode deixar de registrar a pecuária, o extrativismo vegetal e o leite (IMESC, 2020). A região tem passado por um processo acelerado com a modernização, com a mecanização das lavouras e com o fomento do turismo na região, despertando para a necessidade de formação profissional de jovens e de adultos, para que estes possam ser absorvidos pelo mercado de trabalho.

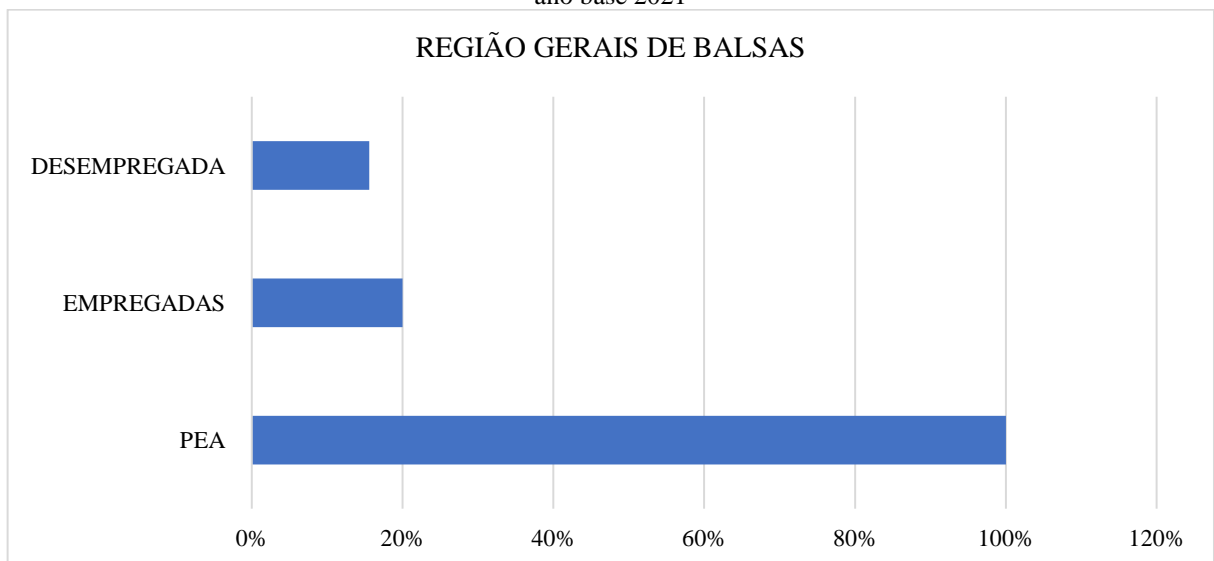
Conforme o IMESC (2020), as propostas de desenvolvimento dessa região são provocadas pelas principais demandas: proteger o meio ambiente e evitar o assoreamento e a poluição dos rios; ampliar, restaurar e conservar a malha viária; direcionar políticas para preservação da identidade cultural; executar programas de geração de emprego e de renda; incentivar o desenvolvimento agroindustrial; implantar programas de inclusão digital; diversificar o agronegócio; montar infraestrutura e dinamizar o ecoturismo; retificar as divisas dos municípios; arborizar e ajardinar a área urbana; expandir o polo universitário e ampliar vagas universitária; implantar hospitais de média complexidade; implantar e melhorar o sistema de saneamento básico e criar aterro sanitário.

Como observado, uma das propostas de desenvolvimento da região é a execução de programas de geração de emprego e de renda e, para que isso ocorra, é necessário que haja investimento na educação, não somente no nível superior, mas também no ensino técnico profissionalizante. Tratando-se sobre o mercado de trabalho formal da região Gerais de Balsas, os dados apresentados pelo Painel de Informações do Novo CAGED referente ao ano de 2021 (CAGED 2022) registraram um total de 16.355 pessoas admitidas em empregos e 12.764 pessoas demitidas, conforme demonstra o gráfico 1.

Gráfico 1- Comparativo de admissões e de desligamentos da Região Gerais de Balsas no ano base-2021

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

De acordo com o quantitativo populacional de pessoas economicamente ativas registrado pelo censo 2010, das 82.128 pessoas, 20% estavam empregadas e 16% estavam fora do mercado de trabalho formal no ano de 2021, conforme demonstra o gráfico 2.

Gráfico 2 - Comparativo de empregados e de desempregados em relação ao PEA da Região Gerais de Balsas ano base 2021

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Neste subtópico, pôde-se observar a caracterização da região Gerais de Balsas na conjuntura econômica, social e de empregabilidade. Sob esse mesmo olhar, foram feitas as observações no próximo subtópico sobre a região Tocantins Maranhense.

2.5 Caracterização da Região Tocantins Maranhense

A região Tocantins Maranhense é composta de 17 municípios, com uma população estimada em 2019 de 541.338 habitantes. A região ocupa uma área total de 25.916,601 km² e um PIB de R\$ 10.289.638,00 (IMESC, 2020), conforme se demonstra por meio da figura 4.

A região Tocantins Maranhense está distribuída entre o vale do rio Tocantins e as últimas ramificações da Serra da Menina, ramificações que dão origem à serra, intercaladas por vales (IMESC, 2020).

Figura 4- Caracterização Geográfica, Econômica e Social da Região Tocantins Maranhense

Região /Municípios	Área (km ²) 2017	População 2010			População Estimada 2019	Densidade Demográfica (hab./km ²) 2019	PIB 2017 R\$ milhões
		Urbana	Rural	Total			
Tocantins Maranhense	25.916,601	388.690	120.553	509.243	541.338	20,89	10.289.638
Amarante do Maranhão	7.438,217	15.004	22.928	37.932	41.435	5,57	274.034
Buritirana	818,424	4.146	10.638	14.784	15.430	18,85	89.751
Campestre do Maranhão	615,384	10.621	2.748	13.369	14.374	23,36	174.016
Cidelândia	1.464,034	6.036	7.645	13.681	14.697	10,04	128.579
Davinópolis	335,767	10.487	2.092	12.579	12.908	38,44	620.435
Estreito	2.718,978	25.778	10.057	35.835	41.946	15,43	795.179
Governador Edison Lobão	615,860	6.957	8.938	15.895	18.296	29,71	262.922
Imperatriz	1.368,988	234.547	12.958	247.505	258.682	188,96	6.599.567
João Lisboa	1.135,211	15.336	5.045	20.381	23.632	20,82	190.960
Lajeado Novo	1.064,455	3.194	3.729	6.923	7.550	7,09	70.625
Montes Altos	1.488,336	5.126	4.287	9.413	9.160	6,15	62.007
Porto Franco	1.417,493	16.866	4.664	21.530	23.885	16,85	471.752
Ribamar Fiquene	733,830	3.677	3.641	7.318	7.791	10,62	77.676
São João do Paraíso	2.053,843	5.276	5.538	10.814	11.177	5,44	117.176
São Pedro da Água Branca	720,452	10.712	1.316	12.028	12.690	17,61	95.467
Senador La Rocque	738,548	8.739	9.259	17.998	14.293	19,35	150.974
Vila Nova dos Martírios	1.188,781	6.188	5.070	11.258	13.392	11,27	108.518

Fonte: IMESC (2020).

Essa região ficou conhecida pelo seu desenvolvimento a partir do ano de 1959, com a construção da rodovia Belém- Brasília, sendo construída no Governo de Juscelino Kubitschek, com o objetivo de ligar a região norte e sul. A BR-010, como também é chamada, passa pelos estados de Brasília, de Goiás, de Tocantins, do Maranhão e do Pará. No Maranhão, a rodovia corta os municípios de Estreito, de Porto Franco, de Campestre do Maranhão, de Imperatriz, de Açailândia e de Itinga do Maranhão. Destas, só os dois últimos municípios não fazem parte da

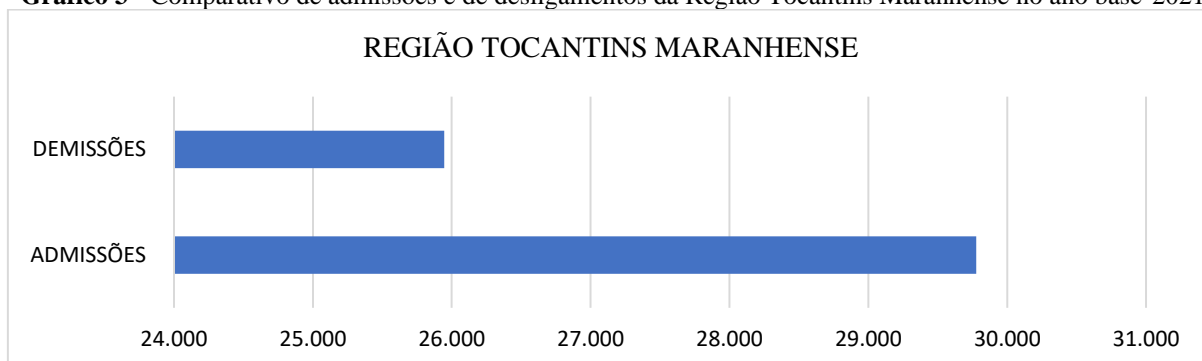
região Tocantins Maranhense (MEMORIAL DA DEMOCRACIA, 2021). A região também é rota da Estrada de Ferro Norte-Sul e Carajás, que possibilita o transporte de passageiro e a logística de acesso aos portos e regiões produtoras do país. A construção da rodovia e a facilidade na logística com a malha ferroviária proporcionou à região a expansão do setor comercial e o investimento em indústrias e empresas.

Em relação às potencialidades econômicas dessa região, além da indústria e do comércio, podemos destacar o turismo, a agroindústria, o extrativismo vegetal, a madeira, a agricultura, a silvicultura, a horticultura, a pecuária, a avicultura, a cerâmica, a pesca, a piscicultura, o agronegócio, o centro universitário e os laticínios (IMESC, 2020).

Com o propósito de desenvolvimento da região, o IMESC (2020) apresenta algumas demandas que devem ser aprimoradas como: incentivar a coleta e o aproveitamento integral do babaçu; desenvolver a agricultura familiar; melhorar a infraestrutura econômica e social; conservar o meio ambiente; incentivar o reflorestamento; construir escolas nas áreas indígenas e de assentamentos; incentivar o turismo; proteger a vegetação ciliar, os cerrados e a fauna da região; retificar os limites e as divisas dos municípios; arborizar e dotar de melhor infraestrutura as áreas urbanas; implementar políticas de inclusão social dos gentios; ampliar, recuperar e conservar a malha viária; ampliar o aeroporto de Imperatriz; implantar e melhorar o sistema de saneamento básico; criar aterro sanitário.

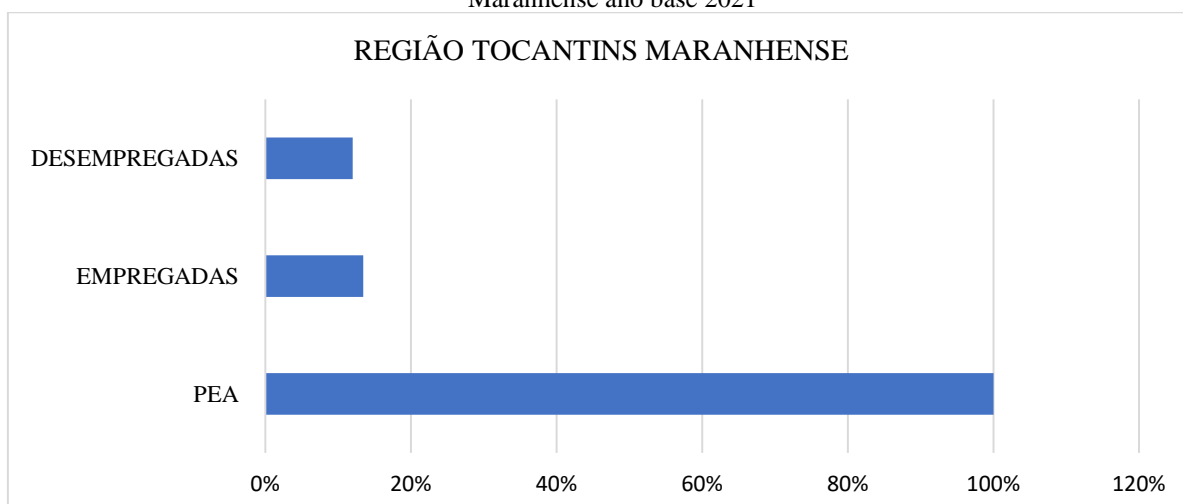
Entre as propostas de desenvolvimento, uma das demandas para a região Tocantins Maranhense que nos remete à pesquisa é a infraestrutura econômica e social. Para Sen (2010), as realizações globais do mercado dependem intensamente das disposições políticas e sociais; assim, pode-se inferir que não tem como falar de desenvolvimento econômico sem tratar, primeiramente, do bem-estar social do indivíduo e de sua liberdade.

Uma das privações de liberdade que pode dificultar o desenvolvimento é a educação e o emprego, que é um direito social do sujeito regido pela Constituição brasileira e que Sen (2010) considera como bem-estar social que permite o desenvolvimento do indivíduo. Tratando-se sobre a empregabilidade da região Tocantins Maranhense, os últimos dados apresentados pelo CAGED registraram, no ano de 2021, um total de 29.777 pessoas economicamente ativas admitidas em empregos formais, e 25.947 pessoas economicamente ativas perderam os seus empregos, conforme o gráfico 3.

Gráfico 3 - Comparativo de admissões e de desligamentos da Região Tocantins Maranhense no ano base-2021

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Conforme o quantitativo da PEA registrado pelo censo 2010 da região, tem-se 13% de pessoas ocupando o mercado de trabalho formal e 12% de pessoas sem ocupação formalizada, de acordo com o gráfico 4.

Gráfico 4 - Comparativo de empregadas e de desempregadas em relação ao PEA da Região Tocantins Maranhense ano base 2021

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Observa-se, a partir dos dois gráficos que apesar de o quantitativo de admitidos possuir um saldo positivo de 3.840 pessoas que tiveram suas carteiras de trabalho assinada, o número de desemprego em relação à PEA é de praticamente 80% no ano de 2021.

Conforme mencionado na introdução, o foco desta pesquisa se restringirá a quatro municípios referentes às regiões Gerais de Balsas e Tocantins Maranhense. Será realizado um estudo de caso contemplando dados secundários referentes a quatro municípios que possuem o Instituto Federal do Maranhão, uma escola pública da Rede Federal, que oferta ensino técnico e tecnológico para jovens e adultos, proporcionando capacitação profissional para a inserção no mercado de trabalho. Nos Institutos Federais desses municípios, será investigada a relação entre educação profissional, mercado de trabalho e emprego.

3 MERCADO DE TRABALHO, EMPREGO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A educação e o emprego são temas que sempre estão nas ações dos projetos de desenvolvimento, seja ele nacional ou regional. O mercado de trabalho no Brasil teve o maior índice de desemprego registrado nos últimos dez anos, conforme os dados apresentados pelo IBGE, permitindo-se pensar que está sendo negada às pessoas a oportunidade de desenvolvimento econômico por causa das privações de ofertas no mercado de trabalho.

O mercado de trabalho refere-se à relação de oferta e de demanda, aqueles que procuram emprego e aqueles que oferecem emprego, uma negociação entre os preços e a quantidade de um bem, o trabalho. A partir do momento em que o trabalho se enquadra na oferta do mercado em troca de remuneração, tem-se um emprego. De acordo com Jorge (2010), o mercado de trabalho é composto de todos os compradores e os vendedores de trabalho. Alguns desses participantes podem não ser ativos em um determinado momento, no sentido de estar procurando novos trabalhadores ou novos empregos, mas, em dado dia qualquer, milhares de empregadores e de trabalhadores encontram-se no mercado.

Com o registro de 11,9 milhões de pessoas desempregadas no primeiro trimestre de 2022, pode-se dizer que existe uma demanda em busca de emprego e pouca oferta para suprir essa necessidade do mercado, e, quanto maior a demanda, maior as exigências de qualificação para tornar-se competitivo na hora do processo de seleção para o ingresso ao emprego.

O acesso à qualificação nem sempre é obtido pelas milhares de pessoas desempregadas, e as causas podem ser pelo desprovimento de escolas públicas que ofereçam ensino técnico profissionalizante, ou a falta de acesso à escola por causa de alguma privação, seja ela individual ou pública.

De acordo com Sen (2010, p. 43):

Políticas que restringem oportunidades de mercado podem ter o efeito de restringir a expansão de liberdades substantivas que teriam sido geradas pelo sistema de mercado, principalmente por meio da prosperidade econômica geral.

E, para melhor a compreensão, este capítulo discutirá, a seguir, sobre a empregabilidade e a qualificação profissional como fator de apropriação para as escassas oportunidades de trabalho surgidas no Brasil.

3.1 Educação como vetor de empregabilidade

De acordo com Pochmann (2008), o cenário de desemprego no país tem sido pauta desde a década de 1970⁵, tornando-se parte do cotidiano do brasileiro. O debate sobre a falta de emprego para todos se concentrou em dois pontos: o primeiro caracterizado por elementos externos ao funcionamento do mercado de trabalho, como a menor expansão da demanda agregada, as novas tecnologias e as modificações nas trocas internacionais; o segundo está relacionado às questões internas do mercado, como a qualificação da mão de obra, o custo dos contratos de trabalho e a proteção social e trabalhista.

O mercado de trabalho é considerado papel essencial no processo de desenvolvimento de uma região por meio do elevado crescimento econômico que ele pode proporcionar, a sua instabilidade pode ocasionar a estagnação econômica ou até mesmo o declínio econômico daquela região e da população que habita.

No contexto abordado por Pochmann (2008), a pesquisa irá se prender às questões internas de mercado, quando se trata da qualificação da mão de obra, remetendo-se à importância da educação, para que jovens e adultos possam se capacitar, tornando-se empregatícios e protagonistas do seu desenvolvimento.

Sen (2010) afirma que, as recompensas do desenvolvimento humano, vão muito além da melhora direta da qualidade de vida, e incluem também sua influência sobre as habilidades produtivas das pessoas e, portanto, sobre o crescimento econômico em uma base amplamente compartilhada. Para aproveitar as oportunidades do comércio global, o “controle de qualidade” e a “produção segundo especificações” podem ser absolutamente cruciais, e trabalhadores que não sabem ler e fazer contas têm dificuldade para alcançar e manter os padrões.

Com a falha das políticas públicas de não proporcionar estratégias adequadas de inclusão social, viabilizando uma educação básica de qualidade e uma educação profissionalizante para que esse indivíduo possa ser inserido no mercado de trabalho, constata-se que o ritmo brasileiro de expansão política tem sido tão medíocre (POCHMAN, 2008).

Esse quadro permite que esse indivíduo seja privado da sua liberdade pela ausência da escolha de emprego, se sujeitando ao trabalho tirânico, devido a fatores de desigualdade de

5 Para Gomes (2002), a crise de emprego teve significado a partir dos anos 1990, que se consolida a desestruturação do mercado trabalho com redução trabalho assalariado com registro e aumento dos índices de desemprego. Mas foi nos meados dos 1970 que começaram a se afirmar os sinais de rompimento da base de sustentação política do modelo desenvolvimentista. A crise econômica abalou a conformação socioeconômica construída nas décadas de 1950-1970, que tinha como eixo a industrialização e o Estado regulador das relações internas e externas da economia nacional.

renda que não o permite acesso à educação básica e profissional, impossibilitando-o de encontrar um bom emprego (SEN, 2015).

O conhecimento e o acesso à educação são bases fundamentais na transformação da vida do sujeito, oportunizando o ingresso ao mercado de trabalho e a transformação da sua vida. A sociedade do conhecimento é uma importante mudança na relação entre educação e formação, bem como o mundo de trabalho, podendo essa preparação para o ingresso ao mercado de trabalho ser maior, devido à relação de continuidade entre educação e a formação ao longo da vida útil das classes trabalhadoras (POCHMANN, 2004).

Na contramão do desemprego, iniciou-se um plano de política pública que pudesse capacitá-los para o mercado de trabalho de forma mais agressiva, surgindo o plano de criação e de expansão da Rede Federal de Educação Profissional que será visto no próximo subtópico. Este foi um projeto criado no Governo Luís Inácio Lula da Silva no enfrentamento ao desemprego, principalmente dos jovens que não tinham acesso à educação profissional.

3.2 Criação e expansão da Rede Federal de Educação Profissional

A criação da Rede Federal de Educação Profissional foi criada pela lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, resultado da integração entre as instituições: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais); Universidade Tecnológica do Paraná (UTFPR); Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro (CEFET-RJ) e de Minas Gerais (CEFET-MG); Escolas técnicas vinculadas às Universidades Federais e Colégio Pedro II (BRASIL, 2021).

A Rede Federal constituiu-se em um marco na ampliação, na interiorização e na diversificação da educação profissional e tecnológica no país, tornando-se agente de desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, possibilitando o acesso de pessoas menos favorecidas, mudando o seu foco de fator econômico para qualidade social (BRASIL, 2021). Considere-se, na sequência, as palavras de Pochmann (2008):

O esforço é para identificação de uma possível convergência das inúmeras ações públicas caracterizadas pelas experiências locais de desenvolvimento, bem como suas repercussões em proteção social e inclusão. A abordagem da cena local privilegia a pequena escala e a esfera regional, sobretudo quando ambas se caracterizam pela maior homogeneidade política, social econômica e cultural (POCHMANN 2008, p. 84).

O foco da educação profissional é o desenvolvimento das pessoas em detrimento aos fatores humanos e sociais, por meio do trabalho (ZABALA; ARNAU, 2010). A educação profissional objetiva formar indivíduos aptos à cidadania e à empregabilidade, transformando a sua realidade e potencializando-os para a colaboração do desenvolvimento local e regional.

Enquanto política pública, os Institutos Federais assumem o papel de agentes colaboradores na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais. Nesse sentido, cada Instituto Federal deverá dispor de um observatório de políticas públicas como espaço fundamental para o desenvolvimento do seu trabalho, oferecendo ensino de qualidade e proporcionando cursos diversificados de acordo com o mercado em que está inserido (BRASIL, 2023).

A Rede Federal registrou, no ano de 2019, 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), a UTFPR, 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II. Considerando os respectivos *campi* associados a estas instituições federais, tem-se 661 unidades distribuídas entre as 27 unidades federativas do país (BRASIL, 2022).

No âmbito das Redes Federais de ensino, iremos destacar a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia ou Institutos Federais, que têm como uma das finalidades ofertar educação profissional e tecnológica em todos os níveis de modalidade, formando e qualificando cidadãos para atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (BRASIL, 2022).

De acordo com o Art. 2º, da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi (reitoria, campus, campus avançado, polos de inovação e polos de educação à distância), especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (BRASIL, 2008).

Sob a mesma lei e artigo supracitados no § 3º, pode-se fazer menção de que:

Os Institutos Federais terão autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos à distância, a legislação específica (BRASIL, 2008, não paginado).

A base pedagógica e acadêmica da instituição atua no ensino técnico (modalidades: subsequente, proeja, concomitante e integrado), ensino superior (tecnólogo, bacharel,

licenciatura, especialização e mestrado), pesquisa e extensão, bem como os cursos Formação Inicial e Continuada (FIC), que são cursos de qualificação profissional de curta duração.

Os Institutos Federais são conhecidos pela diversidade de cursos técnicos que são ofertados em variados eixos tecnológicos e de acordo com a demanda profissional do local; destaca-se que todos os cursos técnicos são baseados no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do MEC.

Além da diversidade em cursos, o Instituto Federal é conhecido pela sua qualidade no ensino, que se deve ao corpo docente da instituição que é composto por profissionais concursados que estão sempre em busca de aperfeiçoamento.

O trabalho docente tem o compromisso de transformar o conhecimento em aprendizagens que sejam relevantes para o aluno; por isso, é imprescindível que os docentes se convençam da importância, de ampliar, de aprofundar e de melhorar a sua competência profissional e pessoal (MARCELO, 2009).

Com a expansão dos Institutos Federais, com suas implantações e implementações por todo território nacional, no Maranhão, o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (IFMA) foi criado sob a mesma lei de criação da Rede Federal de Educação Profissional, com a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão (CEFET-MA) e das Escolas Agrotécnicas de Codó, de São Luís e de São Raimundo das Mangabeiras⁶.

O IFMA está organizado em 26 *campi*, que são voltados ao exercício das atividades permanentes de ensino, de pesquisa aplicada, de inovação e de extensão e ao atendimento das demandas específicas nesse âmbito, em sua área de abrangência territorial. Esse instituto possui também 03 *Campi* Avançados, que são vinculados, administrativamente, à Reitoria e destinados ao desenvolvimento da educação profissional por meio de atividades de ensino e de extensão circunscrita a áreas temáticas ou especializadas, prioritariamente por meio da oferta de cursos técnicos e de cursos de formação inicial e continuada. Integram o IFMA, ainda 06 Centros de Referências, que são vinculados à Reitoria, para o desenvolvimento de planos, de programas e de projetos relacionados à educação profissional e tecnológica, e uma Reitoria, que é a unidade administrativa, totalizando 36 unidades distribuídas no Estado⁷. Observa-se a partir da figura 5 a distribuição dos *campi* no Estado.

O Instituto Federal do Maranhão tem a missão de promover educação profissional, científica e tecnológica comprometida com a formação cidadã para o desenvolvimento

6 Disponível em: www.portal.ifma.edu.br/quemsomos. Acesso em: 17 maio, 2020.

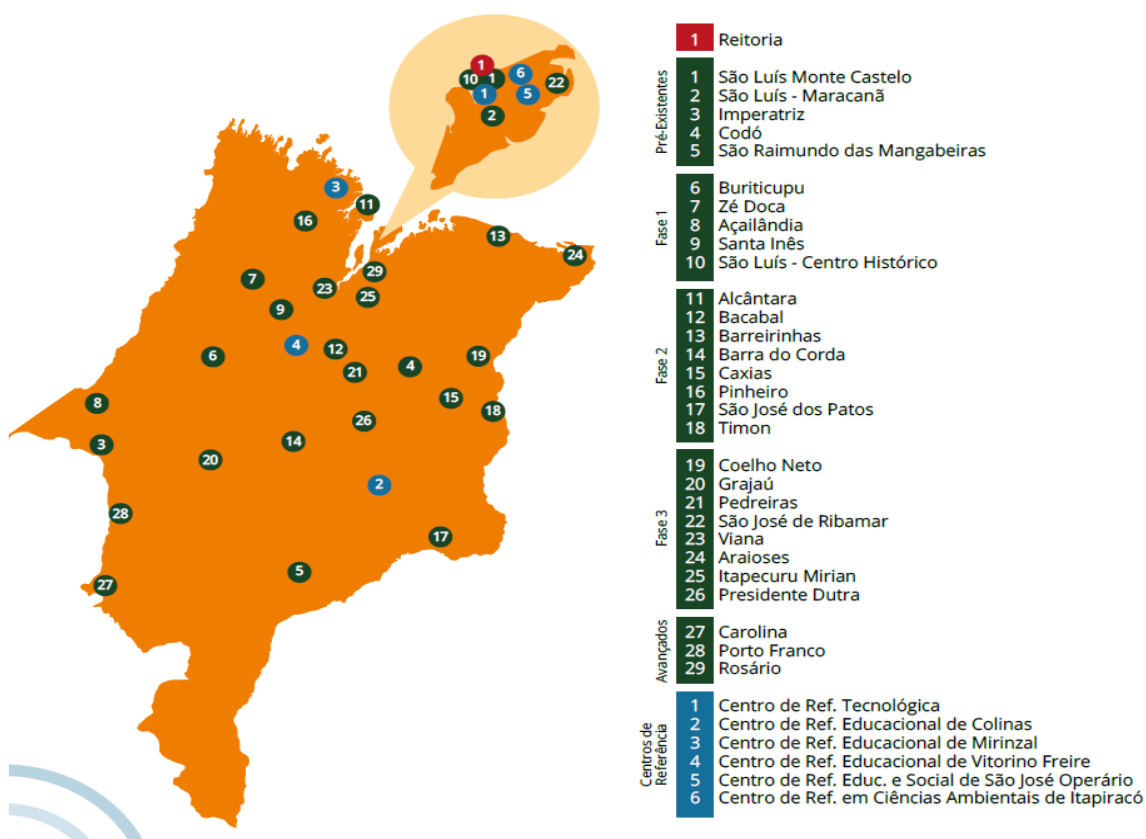
7 Portaria nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013. Art. 3 Inciso I e II, Art. 5º.

sustentável, e tem como visão tornar-se uma instituição de excelência em ensino, em pesquisa e em extensão, de referência nacional e internacional, indutora do desenvolvimento do Estado do Maranhão⁸.

De acordo com a plataforma Peçanha (2022), o IFMA ofertou, no ano de 2021, 12.447 vagas para 508 cursos. Dentre os cursos, 32 eram de Formação Inicial e Continuada, 356 técnicos, 81 graduações (bacharel e licenciatura), 14 tecnólogos e 25 pós-graduações (*stricto e lato sensu*).

Para concorrer às vagas ofertadas, foram inscritas 61.693 pessoas, sendo que 11.050 pessoas conseguiram ingressar na Instituição, totalizando 38.713 matriculados (incluindo as rematrículas dos anos anteriores). O ingresso nos Institutos Federais pode ser feito por meio do processo seletivo com avaliações de matemática e de português, sorteio eletrônico (este feito recentemente no IFMA, por causa da pandemia) ou análise de desempenho escolar. Considere-se, a seguir, a figura 5:

Figura 5-Localização dos *campi* e do Centro de Referência do IFMA



Fonte: PDI-IFMA 2019-2023 (2019).

⁸ Portaria nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013. Art. 3 Inciso I e II, Art.5º.

Observa-se, por meio dos dados apresentados, que a instituição tem um grande potencial no âmbito do Estado do Maranhão, e entre elas estão as regiões foco deste estudo (Gerais de Balsas e Tocantins Maranhense). O IFMA encontra-se em quatro municípios (Carolina, São Raimundo das Mangabeiras, Imperatriz e Porto Franco), dois *campi* por região, proporcionando educação profissional referenciada a uma população menos favorecida e que não tinha acesso à capacitação para o mercado de trabalho, desempenhando, assim, um papel de protagonista no desenvolvimento social e econômico das regiões em que estão inseridos, junto a outras instituições de educação.

Para uma melhor compreensão e visualização dos leitores, nas próximas seções serão disponibilizadas informações dos municípios e dos Institutos Federais que serviram de base para a presente pesquisa.

4 ESTUDO DA RELAÇÃO ENTRE AS ATIVIDADES ECONÔMICAS LOCAIS E A CAPACITAÇÃO A PARTIR DO IFMA

Esta pesquisa apresenta como etapa introdutória uma revisão da literatura bibliográfica, bem como uma leitura dos dados e dos indicadores oficiais já apresentados, com o objetivo de atualizar e acrescentar informações já realizadas sobre a temática, possibilitando à pesquisa avançar na formulação de hipóteses viáveis para melhor compreensão e análise do contexto da pesquisa.

Esta pesquisa teve como objeto de estudo quatro municípios que serviram de estudo de caso, que são: São Raimundo das Mangabeiras e Carolina, localizados na região Gerais de Balsas; bem como os municípios de Porto Franco e de Imperatriz, localizados na região Tocantins Maranhense. No que concerne a esses municípios, apresentaremos o contexto histórico e socioeconômico com extração de dados referentes as atividades econômicas e a empregabilidades desses locais estudados.

Segundo Triviños (1987), o estudo de caso é uma análise profunda do objeto que está sendo analisado; normalmente, no estudo de caso, utilizam-se dados qualitativos que são coletados a partir de acontecimentos atuais por meio de uma investigação exaustiva que são caracterizados por estudos profundos. A seguir, mobilizam-se as palavras de Yin (2001):

Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão sendo claramente definidos (YIN, 2001 p.33).

Como pôde-se observar, o estudo de caso ocorrerá em relação aos dados secundários referentes aos quatro municípios. Segundo Yin (2001), a pesquisa de estudo de caso pode incluir tanto estudo de caso único como estudo de caso múltiplos como no caso da presente pesquisa. O estudo de caso múltiplo tem provas mais evidentes, apesar de serem mais volumosas, requerendo maiores exigências de tempo e de recursos.

Yin (2001) afirma que a decisão de se comprometer com estudos de casos múltiplos não pode ser tomada facilmente, sendo que cada caso deve servir a um propósito específico no âmbito de um escopo global de investigação; para que ocorra esse propósito, faz-se necessário considerar os casos múltiplos, como se considerassem experimentos múltiplos, ou seja, seguir a lógica da replicação.

A lógica da replicação requer que a utilização do método de pesquisa seja aplicada de forma análoga a cada um dos casos estudados e se o resultado da pesquisa obtiver semelhança,

diz-se que ocorreu uma replicação. Segundo Yin (2001), essa lógica deve ser cuidadosamente selecionada de forma a prever resultados semelhantes (uma replicação literal) ou produzir resultados contrastantes apenas por razões previsíveis (uma replicação teórica).

O primeiro passo para organizar um estudo de casos múltiplos é definir a teoria ou a caracterização do problema para depois partir para apresentação dos casos selecionados e para definição dos indicadores de análise (YIN, 2021).

Dessa forma, ao abordar os dados de cada município, relatar-se-á a inserção dos Institutos Federais localizados nesses locais, com o propósito de conhecer as instituições que oferecem cursos técnicos profissionalizantes, objetivando identificar a relação existente entre a educação profissional com as oportunidades de trabalho, por meio da pesquisa de ações de ensino que são desenvolvidas nos institutos localizados nesses municípios.

Nos estudos de casos múltiplos, não existe a necessidade de perseguir objetivos de natureza comparativa. O pesquisador pode ter a possibilidade de estudar dois ou mais sujeitos, organizações etc. (TRIVIÑOS, 1987). Os estudos de casos dos municípios que serão pesquisados serão utilizados da mesma metodologia, a fim de alcançar resultados próprios que podem ou não se assemelhar.

A natureza da pesquisa foi qualitativa, com a utilização de fontes secundárias por meio da coleta de dados documentais, permitindo que a pesquisa ocorresse em dois momentos. A pesquisa qualitativa trabalha os dados investigando o seu significado a partir de um contexto, tendo como base a percepção de um fenômeno não só de forma aparente, mas também a sua essência, procurando explicar sua origem, relações e mudanças, bem como tentando prever as consequências (TRIVIÑOS, 1987).

Tanto o primeiro quanto o segundo momento tiveram objetivos descritivos com análise de dados descritivos. O estudo descritivo, também denominado “estudo de caso”, pretende descrever “com exatidão” os fatores e os fenômenos de uma determinada realidade de forma aprofundada (TRIVIÑOS, 1987).

No primeiro momento, foram coletadas informações sobre as atividades econômicas locais das cidades estudadas por meio de dados extraídos de órgãos como IBGE, IMESC, bem como os dados de emprego e de desemprego de cada atividade econômica, considerando a base de dados do CAGED e do novo CAGED; no segundo momento, foram coletados os dados da Plataforma Nilo Peçanha para a identificar os cursos ofertados nos Institutos Federais, demonstrando os números de inscritos, de matriculados e de concluintes de cada curso. Após essas coletas, a pesquisadora analisou os planos de cursos, documentos obtidos pelo *site* do IFMA e *e-mail's* encaminhados aos gestores dos *campi*, referentes aos cursos técnicos ofertados

nos institutos. Para obter o resultado, foi feita uma relação com a atividade econômico e a empregabilidade local.

Cabe ressaltar, que, para obter um resultado, é necessário que haja uma amostra temporal que sirva como base para a extração dos dados. Sendo assim, a pesquisadora utilizou-se dos dados dos três últimos anos (2019 a 2021), devido à acessibilidade às informações.

Observa-se que para obter as informações dos empregos e dos desempregos foram utilizadas duas plataformas: CAGED, a partir do qual se conseguiu extrair informações referentes ao ano de 2019; e o novo CAGED, em que se obteve os dados referentes aos anos de 2020 e de 2021.

Evidencia-se que o CAGED constitui importante fonte de informação do mercado de trabalho de âmbito nacional e de periodicidade mensal. Ele foi criado como instrumento de acompanhamento e de fiscalização do processo de admissão e de dispensa de trabalhadores regidos pela CLT, com o objetivo de assistir os desempregados e de apoiar medidas contra o desemprego. A plataforma apresenta desagregações idênticas às da RAIS- Relação Anual de Informação Social, em termos geográficos, setoriais e ocupacionais, possibilitando a realização de estudos que indicam as tendências mais atuais. No ano de 2019, foi publicada a Portaria n.º 1.127, de 14/10/2019, que define novos procedimentos para declaração das informações das empresas no CAGED pelo eSocial, a partir da competência Janeiro de 2020⁹.

A emissão da Portaria n.º 1.127, de 14/10/2019, definiu as datas e as condições das obrigações de prestação de informações pelo empregador nos sistemas CAGED e RAIS, que serão substituídos pelo Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial. Assim, passou-se a utilizar a plataforma do Novo CAGED, que é a geração das estatísticas do emprego formal por meio de informações captadas do sistema eSocial, CAGED e empregador web. Assim como o CAGED, a nova plataforma utiliza metodologias de grupos e de subgrupos que identificam as ocupações dentro de cada atividade econômica¹⁰.

Desta forma, foram trabalhados de forma específica os dados atinentes aos quatro municípios, bem como os dados referentes aos Instituto Federais que os integram, abordando o contexto histórico, as características e os dados coletados de forma a obter resultados particulares a cada município estudado.

9 Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/>. Acesso em: 24 jan. 2023.

10 Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/>. Acesso em: 24 jan. 2023.

De acordo com Triviños (1987), no estudo de caso, os resultados são válidos só para o caso que se estuda. Não se pode generalizar o resultado atingido no estudo de caso estudado com outros; assim sendo, o resultado obtido no município “A” não quer dizer que pode ser aplicado no município “B”.

O grande valor do estudo de caso está exatamente no fato de poder fornecer o conhecimento aprofundado de uma realidade delimitada para que os resultados atingidos possam permitir a formulação de hipóteses para o encaminhamento de outras pesquisas (TRIVIÑOS, 1987).

4.1 Município de São Raimundo das Mangabeiras

O município de São Raimundo das Mangabeiras fica localizado na região Gerais de Balsas e começou a ser povoado, em 1890, por Faustino Trindade e por Sabino Bezerra. Após cinco anos, chegou ao povoado Sipriano Taveiro, que, incentivado pela população, construiu a igreja de São Raimundo Nonato. A chegada de novos moradores fez com que o município desenvolvesse o comércio, tornando-se um dos principais centros comerciais do alto sertão maranhense (IBGE, 2022).

A população era constituída por fazendeiros, por comerciantes, por vendedores ambulantes, por lavradores e por forasteiros de vários lugares. Quando foi elevado à categoria de vila, recebeu o nome de São Raimundo das Mangabeiras, por causa do grande número de mangabeiras existente na região. Pertencente ao município de Loreto, foi elevado à categoria de município no ano de 1942, pela lei estadual nº 272, de 31 de dezembro (IBGE, 2022).

O município de São Raimundo das Mangabeiras possui uma população estimada em 18.980 pessoas e um PIB em R\$ 393.857,39 (IBGE, 2022). O maior PIB está centrado na agropecuária, conforme quadro 1.

Ainda que o município de São Raimundo das Mangabeiras tenha sido sediado por comerciantes, a atividade econômica que mais contribui para o PIB é a agropecuária, com destaque para criação de bovinos, aquicultura e galináceo (IBGE, 2022).

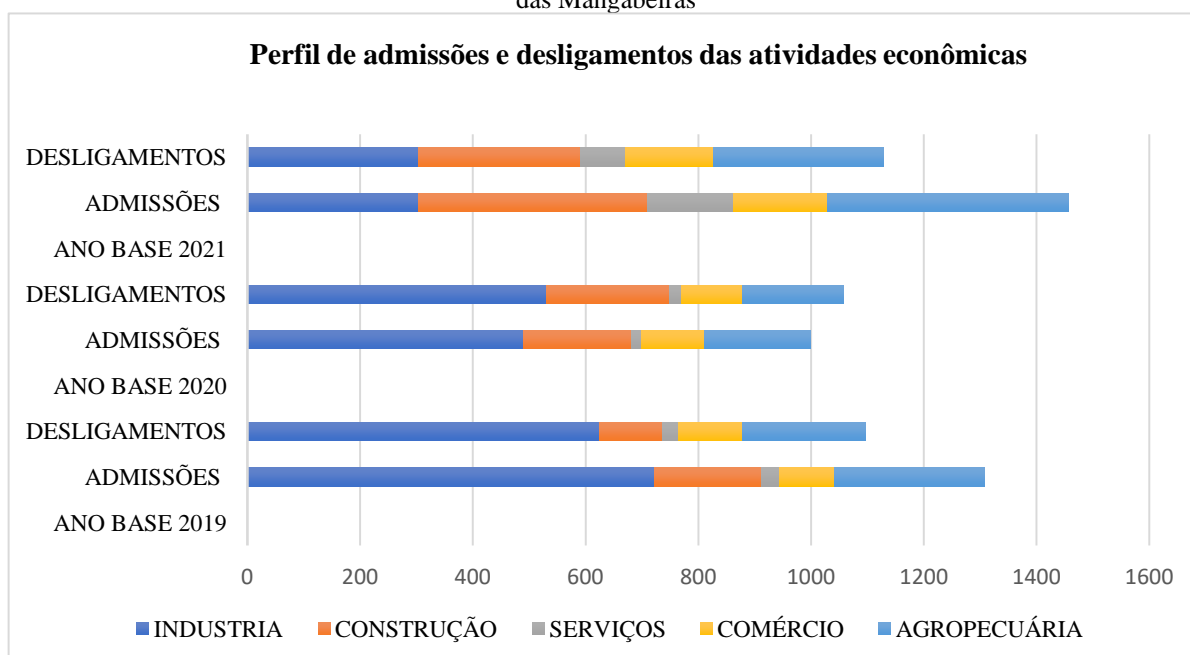
Quadro 1- Produto Interno Bruto do Município de São Raimundo das Mangabeiras
PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO

ATIVIDADES ECONÔMICAS	VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS CORRENTES	(X 1000) R\$
AGROPECUÁRIA	192.055,82	(X 1000) R\$
INDÚSTRIA	22.353,66	(X 1000) R\$
SERVIÇOS- EXCLUSIVE ADMINISTRAÇÃO, DEFESA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICAS E SEGURIDADE SOCIAL	113.199,74	(X 1000) R\$
ADMINISTRAÇÃO, DEFESA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICAS E SEGURIDADE SOCIAL	66.248,17	(X 1000) R\$

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Quanto à questão da empregabilidade, a agropecuária é a atividade econômica que mais emprega formalmente, de acordo com o CAGED (2022). Considere-se, na sequência, o Gráfico 5.

Gráfico 5 - Perfil de admissões e de desligamentos das atividades econômicas do município de São Raimundo das Mangabeiras



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Observa-se, por meio do gráfico 5, a partir dos dados extraídos do CAGED referentes aos anos 2019 a 2021, que a agropecuária possui o quantitativo de admissões relevantes em relação às demais atividades, com um saldo positivo de empregabilidade nos anos de 2019 e de 2021. Em relação ao ano de 2020, apesar de o quantitativo de desligamento ter sido maior, pode-se deduzir que foi reflexo do período pandêmico da *Covid-19*.

O aumento do desemprego nesse período de 2020, em decorrência da pandemia, foi constatado durante a pesquisa com as amostras de dados extraídos do CAGED, sendo reflexo do fechamento de 716 mil empresas que encerram suas atividades produtivas no Brasil no ano de 2020, resultando em 13,9% da população desocupada, dado registrado no 4º trimestre de 2020 (IBGE, 2022).

O ano de 2020 foi ápice da pandemia e o ano de desadaptação da normalidade e adaptação do que seria o novo normal; foi o ano em que ocorreu o isolamento total e o declínio de muitas empresas. No ano de 2021, com a população mais adaptada e as empresas inovando no seu método de produção, houve um saldo positivo de admissões se comparado ao número de demissão.

De acordo com o gráfico 5, nota-se que o crescimento de admissões na indústria ocorreu de forma positiva somente no ano de 2019; e, nos anos de 2020 e de 2021, houve um alto índice de desligamento sem recuperação desse setor. Em compensação, a construção, em 202, teve 46% de aumento na admissão em relação ao ano de 2019.

Dessa forma, pode-se concluir que a atividade econômica que mais emprega é a agropecuária, com destaque para as funções de condutores de veículos e de operadores de equipamentos de elevação e de movimentação de cargas, trabalhadores na exploração agropecuária com ênfase na agricultura, trabalhadores na irrigação, na drenagem e na mecanização agropecuária. A atividade econômica que também está em evidência na empregabilidade é a construção, com destaque para a função de trabalhador volante da agricultura (CAGED, 2022).

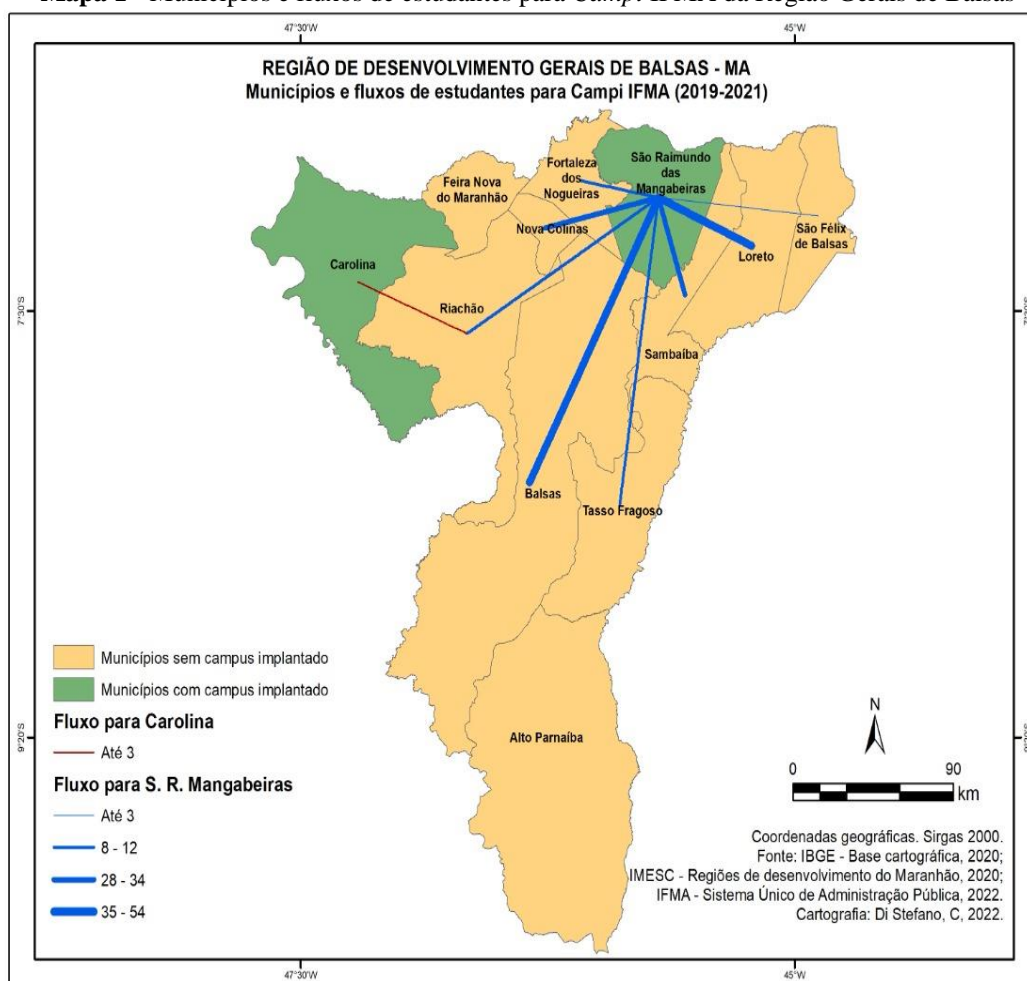
4.1.1 Instituto Federal do Maranhão – Campus São Raimundo das Mangabeiras

O Instituto Federal do Maranhão - Campus São Raimundo das Mangabeiras foi autorizado para funcionamento pelo MEC por meio da Portaria nº 1.170, de 21 de setembro de 2010. A escolha do município para instalação do IFMA foi motivada por sua posição geográfica e potencial econômico produtivo, atendendo à nova política de oferta de formação profissional ampla, flexível e articulada aos anseios das comunidades interioranas (IFMA, 2022).

O Campus São Raimundo das Mangabeiras busca ser um centro de referência em educação profissional por meio de um ensino progressista que possibilite a inclusão de seus cidadãos aos benefícios da riqueza, sem prejuízo ao meio ambiente. Busca por uma cidadania orientada para ações solidárias, coletivas, de resgate e valorização da cultura, dos costumes e que, assim, propicie à região a exata importância que representa no cenário produtivo do Estado (IFMA, 2022).

O campus não atende somente a cidade de São Raimundo das Mangabeiras, alunos de outras cidades se deslocam para estudar no campus e construir conhecimento e capacitação profissional, como demonstra o mapa 1. A partir do mapa, observa-se que os municípios de Balsas, que fica a 91 km, Loreto, a 70 km, e Nova Colinas, a 127 km, são as que possuem um quantitativo maior de alunos que se deslocam para estudar no campus.

Mapa 1 - Municípios e fluxos de estudantes para *Campi* IFMA da Região Gerais de Balsas



Fonte: IBGE- (2020); IMESC (2020); IFMA (2022). Cartografia elaborada por Di Stefano, C (2022).

O IFMA de São Raimundo das Mangabeiras oferta para as comunidades três modalidades de cursos técnicos: integrado, subsequente e concomitante. Na modalidade

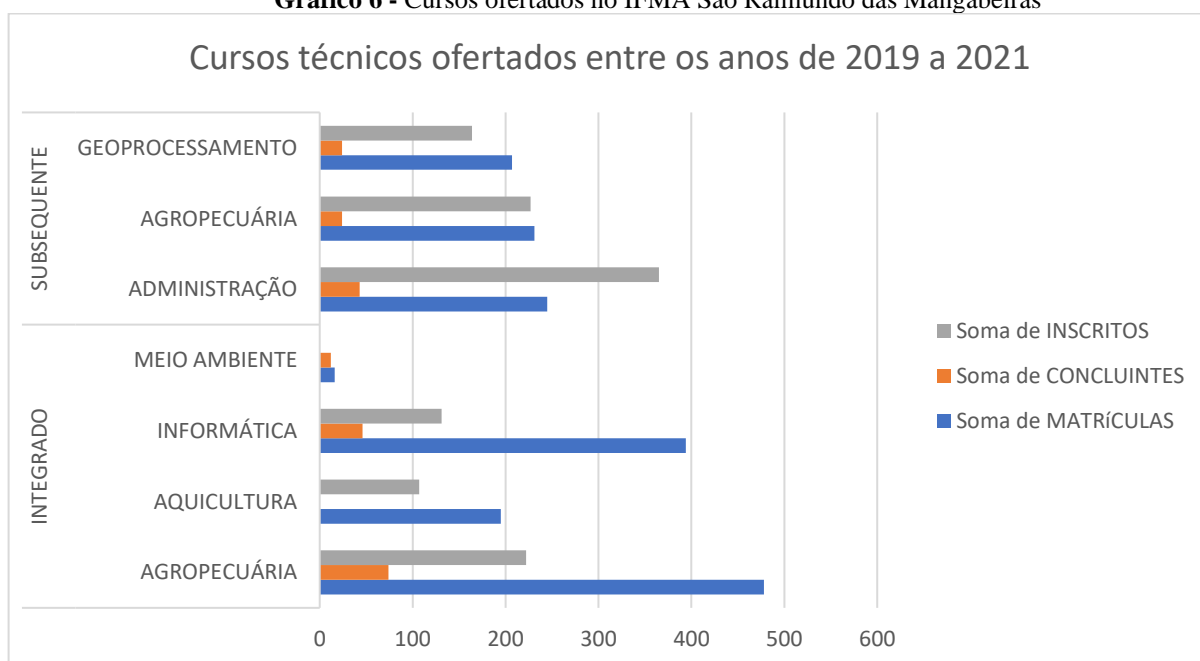
integrada, o aluno cursa o ensino médio juntamente com uma formação profissional no IFMA. Na modalidade subsequente, o aluno faz a educação profissionalizante no IFMA após ter concluído ou estar concluindo o ensino médio. Na modalidade concomitante, o aluno cursa o ensino médio em outra instituição de ensino e faz o curso técnico no IFMA. Além dos cursos técnicos, a instituição oferece ensino de graduação e pós-graduação.

Os cursos técnicos ofertados na modalidade integrada são Aquicultura, Agropecuária e Informática. Na modalidade subsequente, são os cursos de Administração, Agropecuária e Geoprocessamento. Quanto às graduações, a instituição oferece bacharel em Agronomia e Zootecnia e licenciatura em Biologia; nas pós-graduações, oferta os cursos *latos sensu* de Agroecologia e Biodiversidade e Informática na educação.

Como a presente dissertação trata de cursos profissionalizantes, enfocou-se os cursos técnicos que são ofertados, e se estão em conformidade com as atividades econômicas local e a capacidade de empregabilidade do município.

Conforme o gráfico 6, pode-se observar que foram ofertados sete cursos técnicos entre as modalidades subsequente e integrado. Os cursos com os maiores números de matriculados e concluintes são os cursos na modalidade integrado em Agropecuária e em Informática, registrados entre os anos de 2019 e 2021 de acordo com os dados extraídos da Plataforma Nilo Peçanha. Tome-se, a seguir, o Gráfico 6:

Gráfico 6 - Cursos ofertados no IFMA São Raimundo das Mangabeiras



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

4.1.1.1 Resultado

Com análise de dados extraídos do CAGED (2022), em relação à empregabilidade, observa-se que a agropecuária é atividade econômica que mais emprega e a que possui o maior PIB do município, de acordo com o IBGE (2022). Outra atividade econômica com um número de empregabilidade crescente é a construção com classificação em obra de terraplanagem. Quanto aos cursos oferecidos pelo IFMA, o curso de Agropecuária é o que tem o maior número de matriculados e de concluintes.

O plano de curso de Agropecuária na modalidade subsequente foi criado e aprovado pela Resolução nº 94/2011, de 21 de novembro de 2011 e reformulado pela Resolução nº 011 de 17 de fevereiro de 2017; já o plano de curso de Agropecuária na modalidade integrada foi criado e aprovado pela Resolução nº 020/2011, de 30 março de 2011 (IFMA, 2022).

Conforme o plano de curso das duas modalidades, destaca-se, entre os objetivos específicos, o seguinte: “habilitar o profissional na operação e manutenção de máquinas e implementos agrícolas e a capacitação do profissional em atividades pecuárias e agrícolas”.

De acordo com o CAGED (2022), as funções que mais empregam nessa atividade econômica são os condutores de veículos e operadores de equipamentos de elevação e de movimentação de cargas, trabalhadores na exploração agropecuária com ênfase na agricultura, trabalhadores na irrigação e na drenagem, bem como na mecanização agropecuária e trabalhadores volante à agricultura. Assim, pode-se afirmar que o curso é equivalente à demanda de empregabilidade local e regional, já que a região Gerais de Balsas é conhecida pela sua produção agrícola em grãos de soja.

De acordo com o CAGED, a aquicultura é uma divisão do grande grupamento da agropecuária e nos anos entre 2019 e 2021 não houve registro de empregabilidade e nem desligamento nessa área.

O plano de curso aquicultura na modalidade integrada foi criado e aprovado pela Resolução nº 112, de 10 de dezembro de 2018. Conforme o plano de curso, a criação do curso técnico se justifica pela qualificação de mão de obra para o aproveitamento racional e sustentável dos meios de produção de organismos aquáticos, principalmente a piscicultura, visando a futuros empreendimentos. De acordo com o IMESC (2020), na região Gerais de Balsas, um dos potenciais econômicos é a piscicultura. E, como no plano de curso, um dos objetivos é incentivar o empreendedorismo na área da aquicultura. Pode-se afirmar que o curso está de acordo com o potencial econômico da região, mas que não há empregabilidade no município.

O curso de Informática na modalidade integrada foi aprovado pela Resolução nº 012/2011 de 30 de março de 2011, com a justificativa de que a evolução tecnológica e as lutas sociais têm modificado o mercado de trabalho. A região é formada por empresas de vários ramos que possuem ambiente informatizado, e o curso tem como um dos objetivos específicos o estímulo à capacidade empreendedora e crítico-reflexivo para agir no mundo do trabalho.

Levando-se em consideração a justificativa do plano do curso e que a tecnologia está cada vez mais presente no mundo de trabalho, sendo indispensáveis os seus conhecimentos para qualquer área de atuação e que o avanço tecnológico também contribuiu e contribui para o projeto de desenvolvimento de uma região, pode-se inferir que o curso é de grande valia para a comunidade local e regional, haja vista que a empregabilidade na ocupação de técnico em informático foi identificada somente no município de Balsas -MA, onde se evidencia um grande fluxo de alunos que se deslocam para estudar na instituição, conforme mostra o mapa 1.

O curso de Meio ambiente na modalidade integrada foi criado e aprovado pela Resolução de nº 93/2011, de 21 de novembro de 2011, e reformulado em 10 de novembro de 2020 pela Resolução de nº 012. A criação desse curso justifica-se pela necessidade de qualificação de profissionais que possam atuar na área de meio ambiente, administrando os recursos naturais de uma forma não poluidora ou devastadora. Um dos seus objetivos específicos é formar técnicos que possam desenvolver projetos para atender aos mais diferentes segmentos da sociedade, atendendo a demanda do mercado local, regional e nacional de pequenas, médias e grandes empresas (IFMA, 2022).

Observa-se, por meio do gráfico 6, que o curso não tem muita demanda de alunos, apesar de o município e a região terem como atividades econômicas mais evidentes a agropecuária e a indústria.

No CAGED, não se tem registro de admissões no município de profissionais técnicos na área ambiental, mas, como na cidade de Balsas há um quantitativo grande de alunos que frequentam a Instituição (mapa 1) e o município tem o maior PIB da região, com destaque para o cultivo de grão, foi verificado pela pesquisadora que o nível de contratação nessa cidade, em relação ao técnico de meio ambiente, entre os anos pesquisados foi irrelevante, possuindo somente o registro de um agente de defesa ambiental e um agente florestal. Nota-se que não há interesse da comunidade no curso ofertado nem demanda de mercado de trabalho entre os anos de pesquisa.

O curso de Administração na modalidade subsequente foi aprovado pela Resolução nº 050, de 22 de setembro de 2014. No plano de curso, na justificativa não há referências das demandas locais ou até mesmo regional, mas se reporta à formação de ensino técnico pautada

nas constatações de mudanças de conhecimentos e de seus desdobramentos no que se refere à produção, justificando a criação do curso de forma generalizada. Os objetivos do curso também foram bem generalizados e voltados para o conhecimento de forma universal.

Dessa forma, a pesquisadora observou o perfil do profissional para analisar a compatibilidade do curso com a demanda local ou regional. Sendo assim, percebeu-se que o curso de Administração, assim como o de Informática, estão presentes em todas as atividades econômicas, pois permitem que o técnico possa exercer diversos procedimentos administrativos operacionais no ciclo da administração, no que se refere aos recursos humanos, aos recursos materiais, ao patrimônio, ao suporte logístico, à produção, aos sistemas de informações, aos tributos e a finanças.

Conforme os dados do CAGED, o número de admissões de profissionais na área administrativa em todas as atividades econômicas registradas na cidade de São Raimundo das Mangabeiras chega a uma média 85 trabalhadores anuais.

De acordo o gráfico 6, o curso subsequente de Administração apresenta-se com o maior número de aceitação pela comunidade; dessa forma, conclui-se que o curso contribui para empregabilidade tanto local quanto regional inserindo-se nas atividades econômicos locais.

O curso de Geoprocessamento na modalidade subsequente foi autorizado no dia 17 de fevereiro de 2017 sob a Resolução nº 007. A criação do curso justifica-se pelo mercado de trabalho existente na região, com destaque para as fazendas com agricultura de precisão e utilização de equipamentos auxiliados por sistemas de posicionamento global para o gerenciamento georreferenciado de monitoramento e de execução das atividades mecanizadas como plantio, adubação entre outros.

Na época da criação do curso, destacou-se uma pesquisa feita no INCRA em 2016, que demonstrava que o Maranhão ainda demandava um grande número de certificação de imóveis rurais e o curso supriria essa demanda com profissionais capacitados para aplicar técnicas e obter soluções adequadas nas áreas que exigissem mapeamento para o planejamento urbano e rural, o uso da terra e do meio ambiente atendendo a demanda regional.

Verificou-se que, entre os planos de curso analisados, o de Geoprocessamento foi o que apresentou uma justificativa mais plausível para sua criação, abordando e apresentando dados que fundamentassem a sua criação em conformidade com as atividades econômicas.

O perfil do profissional de geoprocessamento permite que eles atuem no mapeamento e no levantamento topográfico, de comercialização de equipamentos em atividades logísticas e distribuição de cargas, possibilitando a sua empregabilidade na agropecuária, na construção e na indústria.

O município de São Raimundo das Mangabeiras tem uma população média de 18.000 mil habitantes e as oportunidades de emprego formal são pouquíssimas. Com base no gráfico 5, pode-se observar que o município vive basicamente da agricultura e, mesmo havendo uma empregabilidade nesse setor, os registros formais são poucos.

Assim sendo, a pesquisadora tende a considerar (sem dados conclusivos) que os profissionais lançados no mercado, principalmente o de formação agrícola, podem até ser absorvidos pelo mercado de trabalho, mas sem registros na carteira trabalhista. Considera, também, que esses profissionais podem utilizar os seus conhecimentos adquiridos para se reinventar ou até mesmo empreender, havendo aqueles que têm a oportunidade de tentar a vida fora do seu ambiente.

O Instituto Federal de São Raimundo das Mangabeiras tem um fluxo grande de alunos do município de Balsas, que está localizada a 90 km do Instituto, este município possui grande referência no agronegócio e na agroindústria, o que proporciona um desenvolvimento econômico e agrega ao município novas possibilidades de emprego com a chegada e a abertura de novas empresas.

Considerando esse fator, a pesquisadora acredita que, ao pensar na possibilidade de criação de novos cursos no campus, seja necessário: observar a demanda de mercado dos municípios localizados nas proximidades; verificar se o mercado regional tem a possibilidade de absorver esses profissionais; e prever cursos que sejam voltados para o empreendedorismo, oportunizando ao sujeito meios estratégicos de atuar no mercado com autonomia por meio dos conhecimentos que forem adquiridos.

4.2 Município de Carolina

O município de Carolina fica localizado às margens do rio Tocantins e faz parte da região de desenvolvimento Gerais de Balsas. O município passou a ser habitado após o fato de o Governo português autorizar expedições sobre o rio para que o piauiense Elias Ferreira Barros, que habitava o sertão de Pastos Bons, percorresse o Tocantins até o Pará, em companhia de um índio e de três escravos. Ao voltar do Pará, Elias Barros trouxe consigo uma carta destinada ao governo do Maranhão, relatando o reconhecimento do rio Tocantins e a nova rota para o Pará, contribuindo, assim, para o desenvolvimento do local (IBGE, 2022).

Em 1809, Manoel Coelho Paredes e Elias Ferreira Barros vieram até as margens do rio Tocantins, onde construíram currais para o gado e se fixaram. Um ano depois, abandonaram o local por pressão de Pinto Magalhães que alegou que as terras pertenciam ao príncipe que,

tomando conta do lugar, deu-lhe o nome de São Pedro de Alcântara, onde ficou até 1816. Em 1820, Elias Ferreira de Barros fixou-se, novamente, no local e no ano de 1823 o deputado padre Camargo Gleury intitulou o povoado de Carolina em homenagem à primeira imperatriz (IBGE, 2022).

Pelo decreto de 25 de outubro de 1831, o povoado foi elevado à categoria de vila e, no dia 08 de julho de 1859, por meio da lei provincial nº 527, a vila foi elevada à condição de município, mas, no ano de 1948, foi criado o distrito de Parnaidji e anexado ao município de Carolina, havendo o desmembramento, em 1982, e elevado à categoria de município com a denominação em Estreito. Em divisão territorial, datada de 18-VII-1988, o município é constituído do distrito-sede (IBGE, 2022).

O município de Carolina é conhecido pelos seus atrativos turísticos. O Parque Nacional Chapada das Mesas (PNCM) concentra 85% da unidade de conservação no município de Carolina, que é banhado por rios e por cachoeiras. Os turistas costumam se hospedar no município para conhecer as belezas que o local oferece.

Carolina possui uma população estimada em 24.165 pessoas, com um PIB de R\$ 304.356,95 (IBGE, 2022) distribuído da seguinte forma:

Quadro 2- Produto Interno Bruto do Município de Carolina
PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO

ATIVIDADES ECONÔMICAS	VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS CORRENTES	(X 1000) R\$
AGROPECUÁRIA	100.518,16	(X 1000) R\$
INDÚSTRIA	14.001,38	(X 1000) R\$
SERVIÇOS- EXCLUSIVE ADMINISTRAÇÃO, DEFESA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICAS E SEGURIDADE SOCIAL	109.059,33	(X 1000) R\$
ADMINISTRAÇÃO, DEFESA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICAS E SEGURIDADE SOCIAL	80.778,09	(X 1000) R\$

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Conforme demonstrado a partir do quadro 2, a atividade econômica com o maior PIB está concentrada na agropecuária e nos serviços. Ao observar os atrativos turísticos do município, tem-se a impressão de que o setor turístico tem grande contribuição no PIB da atividade econômica na área de serviços. No ano de 2021, a Secretaria Municipal de Turismo-

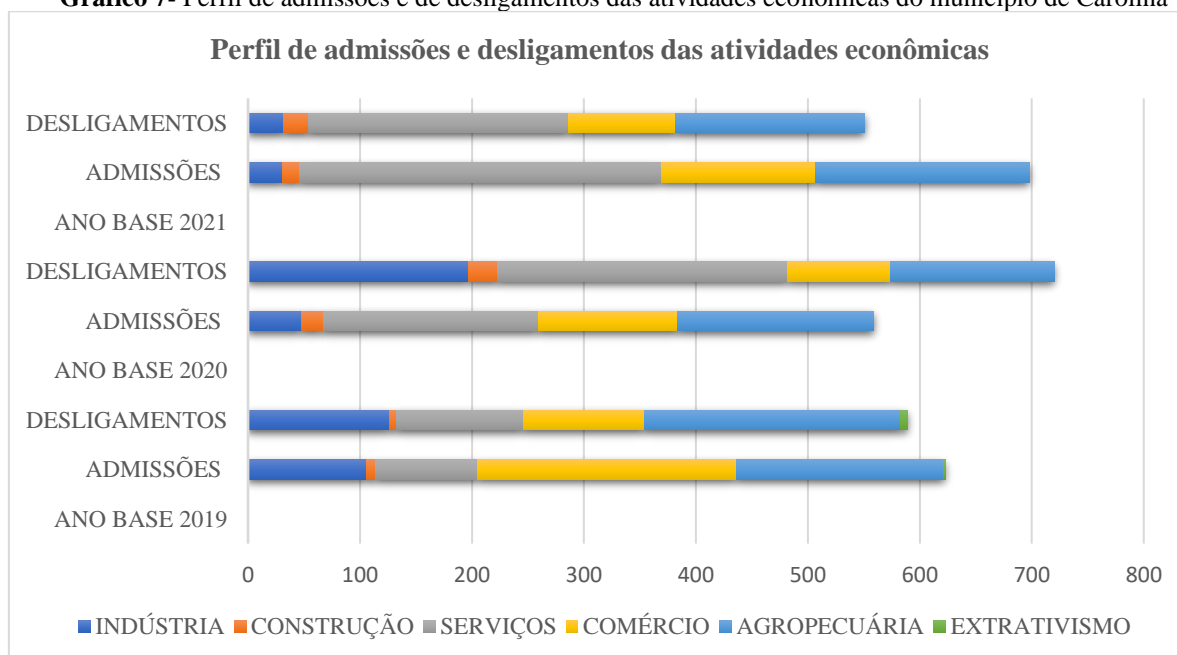
SETUR do município de Carolina recebeu uma média de 14.900 turistas e no mês de julho do ano de 2022 alcançou um recorde de 32.356 hóspedes registrado por meio do fluxo de hóspedes do município (SETUR-Carolina, 2022).

Os atrativos do PNCM proporcionaram, entre os anos de 2017 e 2019, os seguintes investimentos: crescimento do número de leitos em 20%, com 2.433 leitos; 70% de abertura, de reforma e de ampliação de empresas; crescimento de 400% para a categoria de guia/condutores e agenciamento, introdução do turismo de pesca esportista, turismo rural, ecoturismo e observação de aves; crescimento em 280% de turistas internacionais e crescimento de 17% dos postos de trabalho (SETUR-Carolina, 2022).

Com os investimentos supracitados, pode-se dizer que surgiram oportunidades de emprego nos demais setores que são movidos pelo turismo, como alimentação, hotelaria, transporte, entretenimento, lazer, entre outros.

Conforme o CAGED, as atividades econômicas com o maior registro de admissões entre os anos de 2019 e 2021 é o comércio, seguido da atividade de serviços, conforme gráfico 7.

Gráfico 7- Perfil de admissões e de desligamentos das atividades econômicas do município de Carolina



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

De acordo com o gráfico 7, observa-se que, apesar de os dados de admissões da agropecuária serem significativos entre os anos de 2019 e 2021, houve também um quantitativo de desligamento muito grande nessa atividade, tornando o saldo de empregabilidade negativo.

Dessa forma, destaca-se o comércio, que, entre os anos de 2019 e 2021, esteve com saldo positivo para admissão em relação ao desligamento.

Por um lado, mesmo no ano pandêmico de 2020, nota-se que a quantidade de desligamento não ultrapassou o de admissão. Por outro lado, nesse mesmo período, as atividades de serviço e de indústria tiveram o maior saldo negativo de desligamento, 1,34% e 4,10%, respectivamente, se comparado ao número de admissões.

No ano de 2021, a atividade de serviço teve uma crescente de 131 admissões comparado com o ano de 2020, uma recuperação que o setor de industrial não teve, conforme observado de posse do gráfico 7.

Quanto à empregabilidade no setor de comércio, a função de vendedores, de demonstradores e de trabalhadores de serviços administrativos são os que mais empregaram no período de 2019 a 2021. No setor de serviços, o maior número de admissões registrado pelo CAGED foi: na função de trabalhadores dos serviços hoteleiros e de alimentação; dos serviços administrativos; e trabalhadores de informação ao público.

4.2.1 Instituto Federal do Maranhão - Campus Avançado Carolina

Com a criação da Rede Federal, a expansão dos Institutos Federais ocorreu mediante a constituição e a estruturação da unidade administrativa das seguintes formas, conforme consta da portaria 1.291 de 30 de dezembro de 2013:

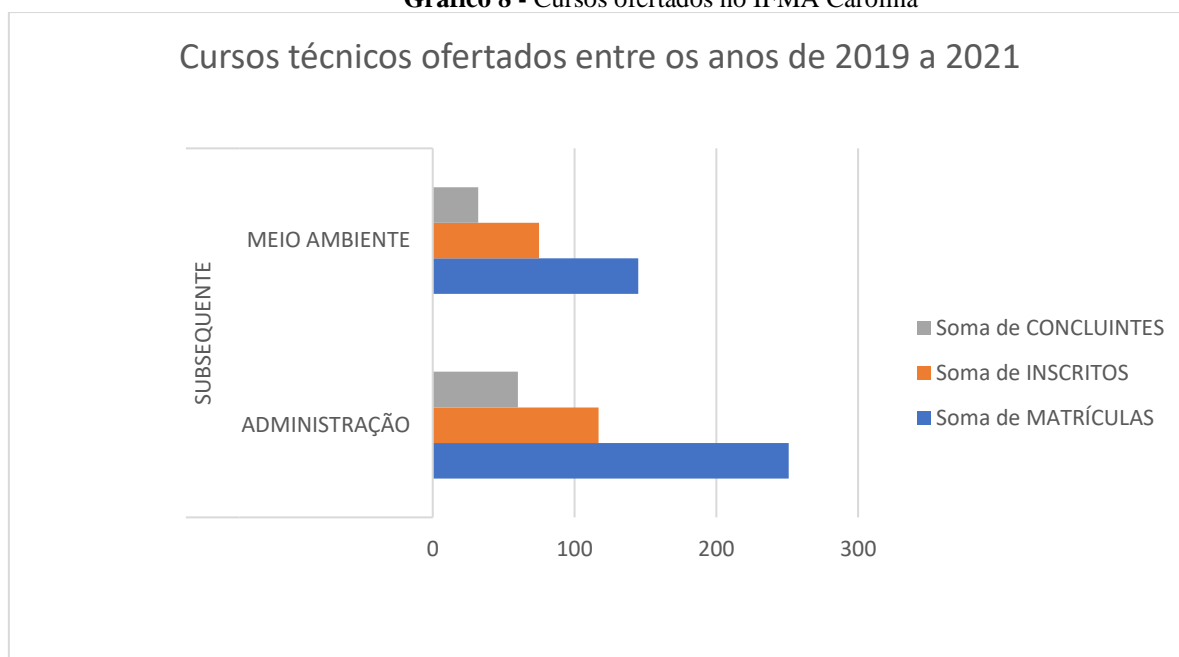
- I- Campus, voltado ao exercício das atividades permanentes de ensino, pesquisa aplicada, inovação e extensão e ao atendimento das demandas específicas nesse âmbito, em sua área de abrangência territorial;
- II- Campus Avançado, vinculado administrativamente a um campus ou, em caráter excepcional, à Reitoria, e destinado ao desenvolvimento da educação profissional por meio de atividades de ensino e extensão circunscritas a áreas temáticas ou especializadas, prioritariamente por meio da oferta de cursos técnicos e de cursos de formação inicial e continuada;
- III- Polo de Inovação, destinado ao atendimento de demandas das cadeias produtivas por Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) e à formação profissional para os setores de base tecnológica; e
- IV- Polo de Educação a Distância, destinado à oferta de cursos de educação profissional e tecnológica na modalidade a distância, que poderá ser criado por meio de parceria com órgãos da administração pública, com o objetivo de expandir o atendimento às demandas por formação profissional em todo o território de abrangência do Instituto Federal (BRASIL, 2013, não paginado).

O campus de Carolina, criado pela Portaria nº 1.074, de 30 de dezembro de 2014, é um modelo de campus avançado, que está diretamente ligado à Reitoria e desenvolve a educação profissional por meio de ensino e de extensão, com um modelo reduzido no quadro de servidores, sendo 20 professores e 13 servidores técnico administrativos.

O município de Carolina não possui uma sede própria do IFMA e funciona temporariamente em uma escola da rede estadual com turmas funcionando somente à noite. Conforme constatado no gráfico 8, entre os anos de 2019 e 2022, a instituição ofertou à comunidade dois cursos técnicos na modalidade subsequente: Administração e Meio ambiente. O curso de Administração é o que possui o maior número de matriculados e concluintes, conforme os dados da Plataforma Nilo Peçanha.

O campus avançado de Carolina, devido à sua estrutura física e de pessoal, possui mais facilidade nas ofertas de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Entre os anos de 2019 e 2021, foram 23 cursos ofertados de curta duração entre os eixos de gestão e de negócios, de ambiente e de saúde, de informação e de comunicação, de recursos naturais, de turismo, hospitalidade e de lazer e de desenvolvimento educacional e social. De acordo com os objetivos deste trabalho, a pesquisa se delimitará somente aos cursos técnicos, não abrangendo os cursos FIC. Eis, na sequência, o Gráfico 8:

Gráfico 8 - Cursos ofertados no IFMA Carolina



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

4.2.1.1 Resultado

De acordo com os dados do CAGED, as atividades administrativas tanto no setor de serviço quanto de comércio, têm um grande quantitativo de empregabilidade. Os dados gerais de admissão em todas as atividades econômicas demonstram que as áreas dos trabalhadores de

serviços administrativos e os trabalhadores dos serviços com ocupação de vendedores atuantes em comércio lojista e mercados geram em média de 185 admissões ao ano, baseados nos dados de 2019 a 2021.

O plano de curso de Administração na modalidade subsequente foi criado em 12 de dezembro de 2017, sob a Resolução nº 174, e reformulado em 10 de fevereiro de 2020 também sob a resolução nº 174. A criação do curso se justificou pelo fato de as atividades de gestão estarem presentes em todas as atividades econômicas e por meio da demanda do mercado da região da Chapada das Mesas por profissionais qualificados. Quanto aos objetivos específicos do curso, a perspectiva assumida é a de ele poder proporcionar condições favoráveis para aplicação dos conhecimentos apreendidos em situações hipotéticas e/ou reais nas operações comerciais.

Considerando a justificativa e o objetivo do curso e correlacionado com a empregabilidade local, pode-se concluir que o curso de Administração é de grande importância para comunidade, atendendo à demanda de empregabilidade local nas funções supracitadas, contribuindo para o desenvolvimento dos setores econômicos.

De acordo com o IBGE, a atividade econômica que gera o maior PIB para cidade é a agropecuária e a atividade de serviços. Essas atividades, conforme demonstra o gráfico 7, são as que mais admitem e também as que mais fazem desligamentos. Dentre essas atividades econômicas, as maiores contratações estão respectivamente nas funções de trabalhadores na exploração agropecuária, com destaque para os trabalhadores de apoio à agricultura; e os trabalhadores dos serviços de hotelaria e de alimentação. Observou-se que para suprir essas demandas mais específicas desses profissionais, a instituição, entre os anos pesquisados, não ofereceu cursos técnicos para capacitação deles.

O curso de Meio ambiente foi criado e autorizado pela Resolução nº 054 de 14 de junho de 2016, e a justificativa se deu pelo potencial ambiental e geográfico da região, cuja preservação local e exploração sustentável dos recursos produtivos nesse espaço se fazem urgentes e imprescindíveis. O objetivo do curso é proporcionar a formação de técnicos para área de meio ambiente e gestão ambiental, e o perfil desse profissional está voltado para elaborar relatórios e estudos ambientais, organização de programas de educação ambiental, dentre outros.

No CAGED, entre os anos de 2019 a 2021, não se têm registros específicos de profissionais técnicos ambientais, tornando o curso não aproveitado pela comunidade nem pelo mercado. Para reafirmar a falta de registro desse profissional, é importante salientar que o painel

de informação do CAGED especifica as áreas e as ocupações referentes aos profissionais técnicos de nível médio.

Ao analisar esses registros, a pesquisadora, no intuito de verificar a possibilidade de absorção desse profissional pelo mercado de trabalho em municípios próximos, observou no mapa 1 que o IFMA de Carolina atendeu somente a comunidade local, e o número de alunos residentes em outras localidades no período de três anos foi da cidade de Riachão, com registro somente de um aluno. A pesquisadora também verificou, por meio do CAGED, que na proximidade do município não houve aproveitamento desse profissional, mesmo que a sua atuação possa estar relacionada às atividades produtivas local e regional.

Assim como no município de São Raimundo das Mangabeiras, o município de Carolina também possui poucos habitantes, na média de 24.000 de acordo com o IBGE. É um município em que a agropecuária e os serviços se destacam no PIB, mas que também possui um grande potencial turístico, sendo considerado ponto de apoio para os turistas que querem conhecer a Chapada das Mesas. A cidade turística atrai uma média de 14.900 turistas no período de alta temporada, como descrito no tópico 4.2, e o seu maior número de admissões encontram-se em grande parte no setor de serviços e comércios, como demonstra o gráfico 7.

Assim sendo, a pesquisadora pode considerar que o Instituto Federal de Carolina, ao criar cursos profissionalizantes, possa compreender que a demanda do mercado local está voltada para o turismo, sendo necessário fazer uma análise de ambiente para poder compreender as necessidades dos profissionais que a cidade precisa absorver. Mediante as análises, é preciso proporcionar cursos específicos e cursos que desenvolvam o sujeito para o empreendedorismo, já que a empregabilidade é baixa em relação à quantidade de habitantes, uma média de 12% da população empregada formalmente.

Vale ressaltar que esta pesquisa se baseia nos anos de 2019 a 2021, e que, após o ano de 2022, foram aprovados e divulgados dois cursos que estão em andamento: técnico subsequente em guia de turismo e técnico subsequente em comércio.

Percebe-se também que o IFMA de Carolina não possui sede própria, e os cursos são restritos somente ao turno noturno, o que pode dificultar a agregação de mais cursos e mais alunos. Além disso, enquanto os outros *campi* apresentam um fluxo grande de alunos de outros municípios, o IFMA de Carolina só atende a comunidade local, um ponto a ser pensando quando se trata de expansão do ensino técnico, que é a proposta do IFMA.

4.3 Município de Porto Franco

O município de Porto Franco pertence à região de desenvolvimento Tocantins Maranhense, que teve o seu povoamento por volta de 1854, quando em suas terras se instalaram agricultores vindos do lugar Boa Vista, situado à margem esquerda do rio Tocantins, em Goiás. Poucos anos depois, o português José Joaquim Severino, ao percorrer o Tocantins vendendo às populações ribeirinhas sal e outras mercadorias que trazia de Belém do Pará, decidiu fixar residência devido ao fato de sua esposa ter parentesco no povoado (IBGE, 2022).

Entre 1858 e 1878, o povoado experimentou grande surto de desenvolvimento. O povoado foi elevado à categoria de vila em 02 de abril de 1919 pela Lei N° 853, elegendo seu primeiro prefeito, tenente Valério Neves de Miranda, cuja posse ocorreu no dia 01 de janeiro de 1920, data em que foi desmembrado de Imperatriz. E, no dia 29 de março de 1938, pelo Decreto-Lei n° 45, Porto franco foi levado à categoria de município (IBGE, 2022).

Porto Franco possui uma população estimada em 24.092 habitantes, com um PIB de R\$ 461.068,067 distribuído conforme o quadro 3.

Quadro 3- Produto Interno Bruto do Município de Porto Franco

PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO		
ATIVIDADES ECONÔMICAS	VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS CORRENTES	(X 1000) R\$
AGROPECUÁRIA	35.036,38	(X 1000) R\$
INDÚSTRIA	105.830,21	(X 1000) R\$
SERVIÇOS- EXCLUSIVE ADMINISTRAÇÃO, DEFESA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICAS E SEGURIDADE SOCIAL	227.598,70	(X 1000) R\$
ADMINISTRAÇÃO, DEFESA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICAS E SEGURIDADE SOCIAL	92.603,39	(X 1000) R\$

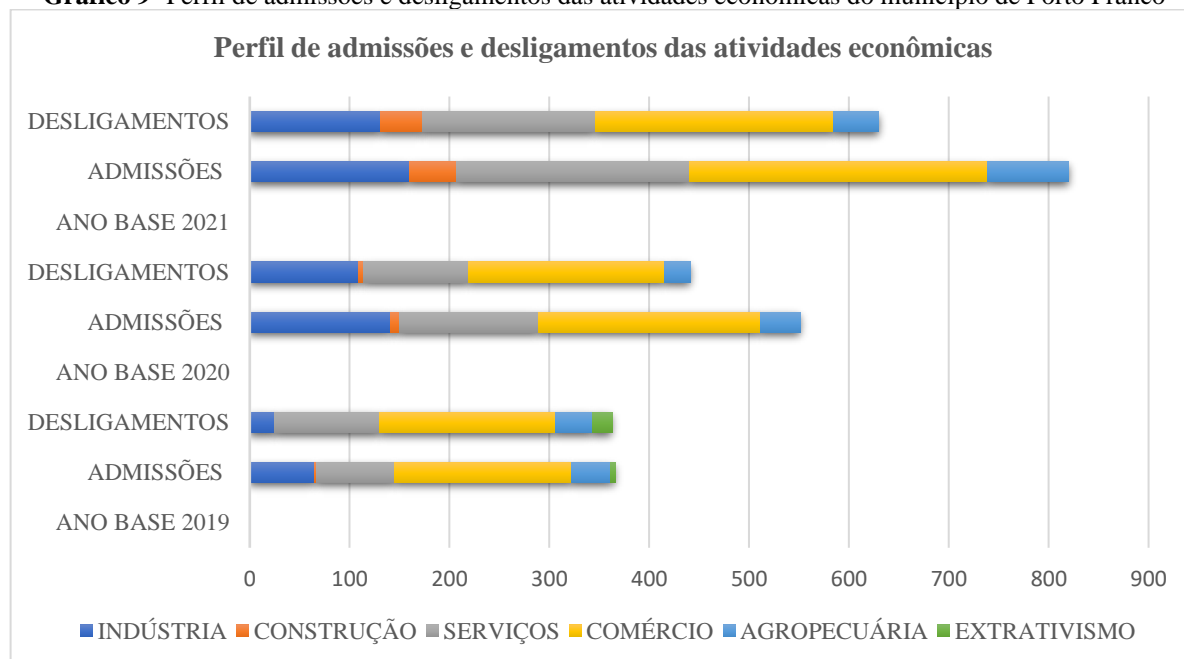
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Conforme descrito no capítulo sobre a caracterização da região Tocantins Maranhense, a região se desenvolveu a partir de 1959, com a construção da BR-010, que liga a região norte e sul, passando pelos estados de Brasília, de Goiânia, de Tocantins, do Maranhão e do Pará. No Maranhão, o município de Porto Franco é uma das rotas da rodovia que se beneficiou com o desenvolvimento que a rodovia proporcionou, principalmente no setor comercial. No município de Porto Franco, encontra-se a única esmagadora de soja e refino de óleo, a empresa Algar Agro

(investimento de R\$ 70 milhões), que abastece os mercados do estado, Norte e Nordeste (FIEMA, 2017).

Observa-se, a partir do quadro 3, que os maiores PIB se encontram na indústria e no serviço. Conforme o CAGED, a atividade com maior quantitativo de admissões se encontra no comércio seguido da atividade de serviços e de indústria, conforme o gráfico 9.

Gráfico 9- Perfil de admissões e desligamentos das atividades econômicas do município de Porto Franco



Ao observar o gráfico 9, nota-se que, apesar de as atividades econômicas de serviço, de indústria e de comércio serem as que têm os maiores dados de admissão em relação às demais atividades, são as que também possuem os maiores dados de desligamento, mesmo que esses desligamentos não causem saldo negativo.

Um ponto interessante a ser notado no gráfico 9 é que, no ano de 2020, período pandêmico, o número de desligamentos não ultrapassou o de admissões, ou seja, todas as atividades econômicas permaneceram com saldo positivo em relação às admissões.

Conforme o painel de informação do CAGED, na atividade econômica de comércio, a área com maior empregabilidade encontra-se nos trabalhadores com a ocupação de vendedores e demonstradores, bem como os trabalhadores com a ocupação nas áreas de serviços administrativos.

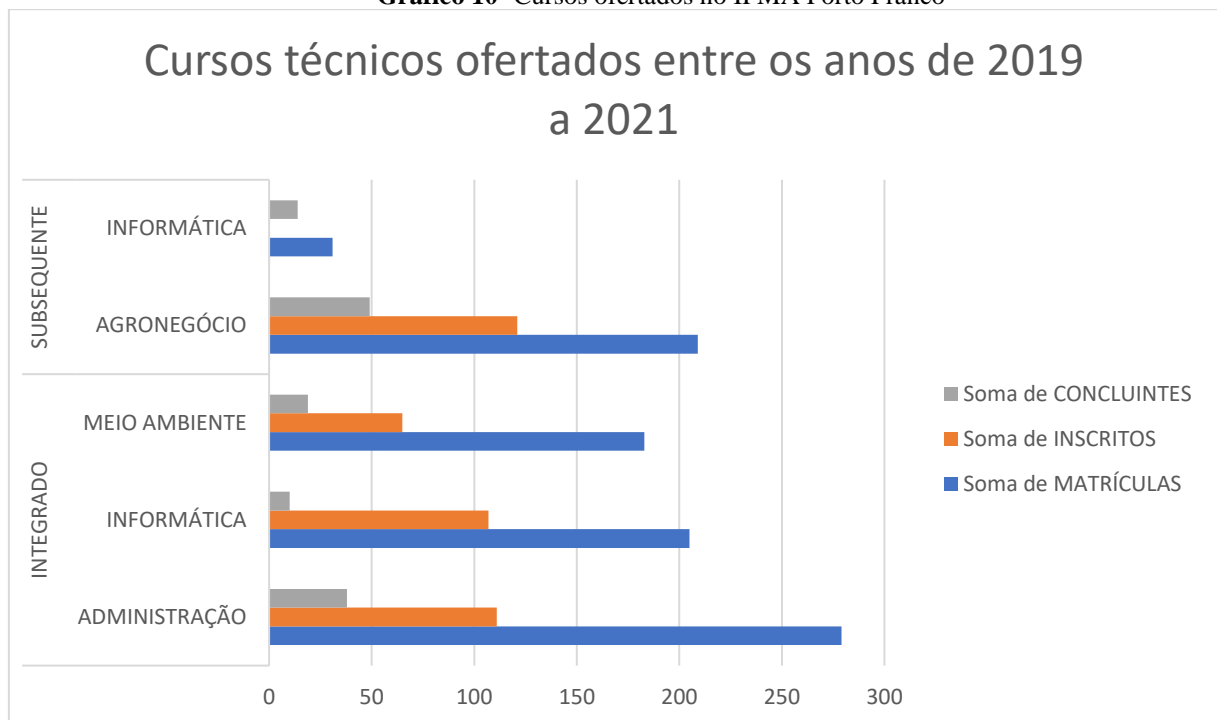
Na atividade econômica de indústria, a maior empregabilidade encontra-se nos profissionais de produções de bens e de serviços, especificamente as ocupações de alimentadores de linha de produção e os profissionais com ocupações administrativas. Na

atividade econômica de serviço, as áreas mais empregáveis estão relacionadas aos trabalhadores com ocupação na área de hotelaria e de alimentação, bem como os trabalhadores com ocupações na área administrativa, com destaque para ocupação de atendimento ao público.

4.3.1 Instituto Federal do Maranhão- Campus Avançado Porto Franco

Assim como o campus de Carolina, o campus do município de Porto Franco também é um campus avançado, criado pela Portaria nº 1.074, de 30 de dezembro de 2014, que está diretamente ligado à Reitoria e desenvolve a educação profissional por meio de ensino e de extensão, com um modelo reduzido no quadro de servidores, sendo 20 professores e 13 servidores técnico administrativos. A cidade de Porto Franco não possui uma sede própria do IFMA e funciona temporariamente em um espaço cedido pela prefeitura municipal. Considere-se, na sequência, o Gráfico 10:

Gráfico 10- Cursos ofertados no IFMA Porto Franco

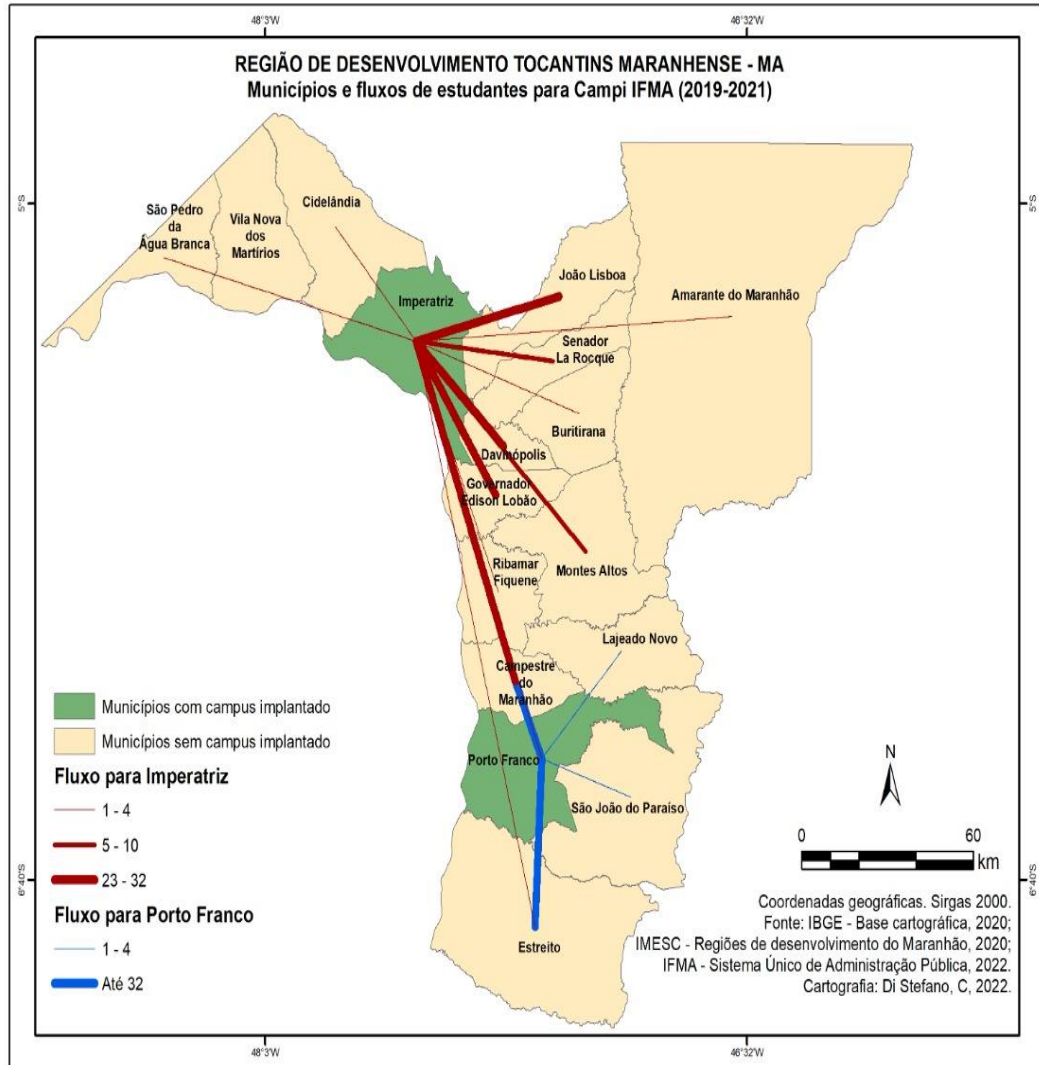


Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Como se observa a partir do gráfico 10, o campus de Porto Franco entre os anos de 2019 e 2021 ofertou os cursos de Administração, de Informática, de Meio ambiente e de Agronegócio entre as modalidades integrado e subsequente. Na modalidade integrado, nota-se que o curso de Administração é o que possui o maior número de matriculados, assim como o curso de Agronegócio na modalidade subsequente.

O IFMA de Porto Franco não atende somente a comunidade local, possuindo um grande fluxo de alunos dos municípios de Estreito e Campestre do Maranhão, como demonstra o mapa 2, que se segue:

Mapa 2- Municípios e fluxos de estudantes para *Campi* IFMA da Região Tocantins Maranhense



Fonte: IBGE-(2020); IMESC (2020); IFMA (2022). Cartografia elaborada por Di Stefano, C (2022).

4.3.1.1 Resultado

Conforme o CAGED, os trabalhadores com ocupação nos serviços administrativos estão presentes em todas as atividades econômicas com um quantitativo grande de empregabilidade e, para que esses profissionais possam estar capacitados, o IFMA de Porto Franco oferta o curso de Administração, tornando-se fundamental para a comunidade.

O curso de Administração na modalidade integrada, como pode ser observado por meio do gráfico 10, é o que possui a maior soma de matriculados, inscrites e concluintes. O curso de

Administração foi criado em 17 de fevereiro de 2017 sob a Resolução nº 016, com a justificativa de suprir a carência de mão de obra qualificada da região que possui intensas atividades econômicas e comerciais, impulsionando a geração de renda do Estado e favorecendo uma melhor qualidade de vida à população, conforme descrito no plano de curso.

No plano de curso, ainda foram destacados os setores econômicos e as APL que o município possui. Entre eles, foram evidenciados o Distrito Industrial, onde está o Pátio de Integração Multimodal da Companhia Vale, que fica localizado no quilômetro 190 da Ferrovia Norte-Sul, e a diversidade dos setores comerciais e de serviços, que ficam localizados no bairro central do município.

Na atividade econômica dos setores comerciais e de serviços, destaca-se a ocupação de vendedores e de atendimento ao público, possuindo uma média, respectivamente de 81 e 42 admissões anuais, registradas entre os anos de 2019 e 2021. O curso de Administração consegue suprir a capacitação desses profissionais, conforme descrito em um dos objetivos do curso, que é propiciar o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício de atividades profissionais inerentes ao Técnico de Administração.

O curso técnico de Informática na forma integrada foi criado em 19 de fevereiro de 2018, sob a Resolução nº 009, e o curso técnico de Informática na forma subsequente foi criado pela Resolução nº 059, de 14 de junho de 2016. O curso se justifica pelos APL, visando a suprir a carência da mão de obra qualificada da região nesse setor, impulsionando a geração de renda do Estado. A justificativa assemelha-se muito ao curso de Administração. Quanto ao curso na modalidade subsequente, a justificativa refere-se ao avanço tecnológico, à aplicação da computação em diversas áreas e à necessidade da inclusão do indivíduo como ser atuante capaz de atender a essas necessidades e tendências implantadas no mundo global.

De acordo com a justificativa do curso, nas duas modalidades, pode-se compreender que o conhecimento da informática é imprescindível em qualquer área que o profissional for atuar, e que o trabalho administrativo é o mais empregável, e o uso da tecnologia nessa função, assim como nas demais, tem grande utilidade. Sendo assim, o curso se torna relevante para a comunidade e nas atividades que são desenvolvidas nos setores econômicos.

Na atividade econômica da indústria, os trabalhadores da produção de bens e de serviços industriais, especificamente os alimentadores de linha de produção são os profissionais que atuam diretamente na produção, organizando a área de serviço, separando os materiais para reaproveitamento, transportando materiais em áreas de estoque, entres outras atividades. Entre os cursos que o IFMA Porto Franco oferta à comunidade, o curso técnico no Agronegócio na modalidade subsequente é o que o mais reúne disciplinas voltadas para a produção, sendo que

o agronegócio está inserido na atividade econômica tanto da indústria quanto da agropecuária, que são atividades econômicas fortes na região Tocantins Maranhense. O curso tem como objetivo propiciar ao estudante conhecimentos técnicos para implantação e para gerenciamento de empresas rurais. Dessa forma, conclui-se que o curso está de acordo com as atividades econômicas locais e regional.

O curso de Agronegócio proporciona ao estudante a capacidade de coordenar operações de produção, de armazenamento, de processamento e de distribuição dos produtos agrícolas e derivados, avaliar custos de produção e aspectos econômicos para comercialização de novos produtos e serviços. Esse perfil profissional está coerente com a ocupação de alimentadores de linha de produção, que possui grande empregabilidade na atividade econômica industrial.

O curso de Agronegócio, no IFMA de Porto Franco, teve sua criação em 14 de junho de 2016, sob a Resolução nº 060, e com a justificativa que a microrregião de Porto Franco está inserida no MATOPIBA, tornando-se estratégica para alavancar a mobilidade social com base na agropecuária, o desenvolvimento econômico por meio de investimentos públicos e privados coordenados e articulados para ampliar a competitividade regional. Nesse sentido, o curso foi sugerido para formação profissional de pessoas para atuação na comunidade local e regional.

O curso de Meio ambiente na modalidade integrada foi criado pela Resolução nº 017, de 17 de fevereiro de 2017, e reformulado com a Resolução nº 49 de 15 de dezembro de 2021 e se justificou pelo desenvolvimento econômico que compõe uma área de expansão da fronteira agrícola baseada em tecnologia de alta produtividade e no uso sustentável dos recursos naturais. Um dos objetivos é preparar o aluno para identificar as fontes e processos de degradação natural de origem química, geológica e biológica, utilizando métodos de medição e análise e na aplicação da legislação ambiental local nacional e internacional.

Sabe-se da importância do curso de Meio ambiente, mas, de acordo com o CAGED, não se tem registro de empregabilidade em técnicos ambientais; o que se tem são registros de técnicos florestais que entre os anos 2019 e 2021 foram somente seis admissões.

No mapa 2, percebe-se que entres os anos 2019 a 2021 o campus de Porto Franco atendeu um quantitativo significativo de alunos nos municípios de Estreito e Campestre do Maranhão. Ao perceber o fluxo de alunos de outras localidades para estudarem na instituição, a pesquisadora teve o cuidado de verificar a atividade econômica de maior empregabilidade desses municípios e observou que na cidade de Estreito a atividade de comércio tem uma grande empregabilidade, especificamente em comércio varejista na função de vendedores. No município de Campestre do Maranhão a atividade que mais emprega é agropecuária, especificamente em produção de lavouras temporárias na função de trabalhadores agrícolas.

Nota-se que essas cidades são muito próximas, entre 25 km e 35 km de distância, respectivamente, do município de Porto Franco, e os cursos ofertados pelo IFMA têm que levar em consideração que a comunidade local tem possibilidade de trabalhar em municípios vizinhos, assim como a instituição pode receber alunos desses municípios para profissionalização. Dessa forma, torna-se importante o estudo desses locais mais próximos e verificar os cursos que melhor correspondem para as demandas do mercado e das comunidades.

Porto Franco possui uma população de 23.000 habitantes e a empregabilidade do município, conforme demonstrado no gráfico 9, é pequena. A aproximação com os municípios de Estreito e Campestre do Maranhão possibilita aos moradores a oportunidade de empregabilidade fora do seu ambiente.

Devido à proximidade, o IFMA Porto Franco possui um fluxo grande de alunos que saem desses municípios para estudar no instituto. Ao observar que a empregabilidade desses municípios se encontra no comércio, serviço e agropecuária, os cursos ao serem propostos devem ser voltados a essas demandas, observando a absorção do mercado para esses profissionais. Ressalta-se que o campus Porto Franco, apesar de não possuir sede própria, está funcionando em uma escola que fica à disposição do campus, aumentando ainda mais o aproveitamento na execução dos cursos e abrangência de mais alunos em conformidade com o quantitativo de servidores.

4.4 Município de Imperatriz

O município de Imperatriz surgiu com a entrada dos padres jesuítas Padre Manoel Nunes e Padre Francisco Veloso, em 1658, que, ao navegar no rio para encontrar a nascente, teriam sido os primeiros a utilizar o sítio onde hoje está Imperatriz. O povoado de Imperatriz que inicialmente recebeu o nome de Colônia Militar de Santa Tereza do Tocantins, foi fundado em 16 de julho de 1852 pelo Frei Manoel Procópio do Coração de Maria (IBGE, 2021).

Em 27 de agosto de 1856, a lei n° 398 criou a Vila de Imperatriz, nome dado em homenagem à imperatriz Tereza Cristina. A vila Imperatriz foi elevada à categoria de município pela lei n° 1.179, de 22 de abril de 1924, no governo de Godofredo Viana (IBGE, 2021).

Imperatriz é o segundo maior município e a segunda mais populosa do estado do Maranhão. Conhecida pelo seu mercado empresarial, o município é atravessado pela rodovia Belém-Brasília e pelas estradas de ferro norte-sul e carajás. O município fica localizado entre o agronegócio em Balsas, a extração de madeira no Pará e a siderurgia em Açailândia.

De acordo com Pantoja e Pereira (2018), o desenvolvimento do município de Imperatriz é mencionado em dois momentos: antes da construção da BR- 010, em que a economia do Estado era entendida como tradicional, pois se centrava no extrativismo e na agricultura de subsistência, e depois da construção da BR-010, em que houve um acelerado desenvolvimento com o incentivo de políticas fiscais captadas via instituições, como a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), inaugurando um novo ciclo de modernização da economia local e diversificando a base produtiva do Estado.

A população de Imperatriz está estimada em 259.937 habitantes e um PIB de R\$ 6.318.057,84 (IBGE, 2022) concentrado na indústria e em serviços, sendo o segundo maior potencial econômico do estado do Maranhão, conforme demonstra o quadro 4.

Quadro 4 - Produto Interno Bruto do Município de Imperatriz

PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO		
ATIVIDADES ECONÔMICAS	VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS CORRENTES	(X 1000) R\$
AGROPECUÁRIA	30.489,98	(X 1000) R\$
INDÚSTRIA	1.697.789,30	(X 1000) R\$
SERVIÇOS- EXCLUSIVE ADMINISTRAÇÃO, DEFESA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICAS E SEGURIDADE SOCIAL	3.618.036,35	(X 1000) R\$
ADMINISTRAÇÃO, DEFESA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICAS E SEGURIDADE SOCIAL	971.742,20	(X 1000) R\$

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

No município de Imperatriz, está instalada a maior fábrica de papel e de celulose do país, a Suzano, responsável pela geração de 25.500 empregos diretos e indiretos. Dos 10.500 empregos diretos, 7 mil foram na fase de implantação e 3.500 na de operação, com uma produção de 1,5 milhão de toneladas /ano de celulose de eucalipto (FIEMA, 2017).

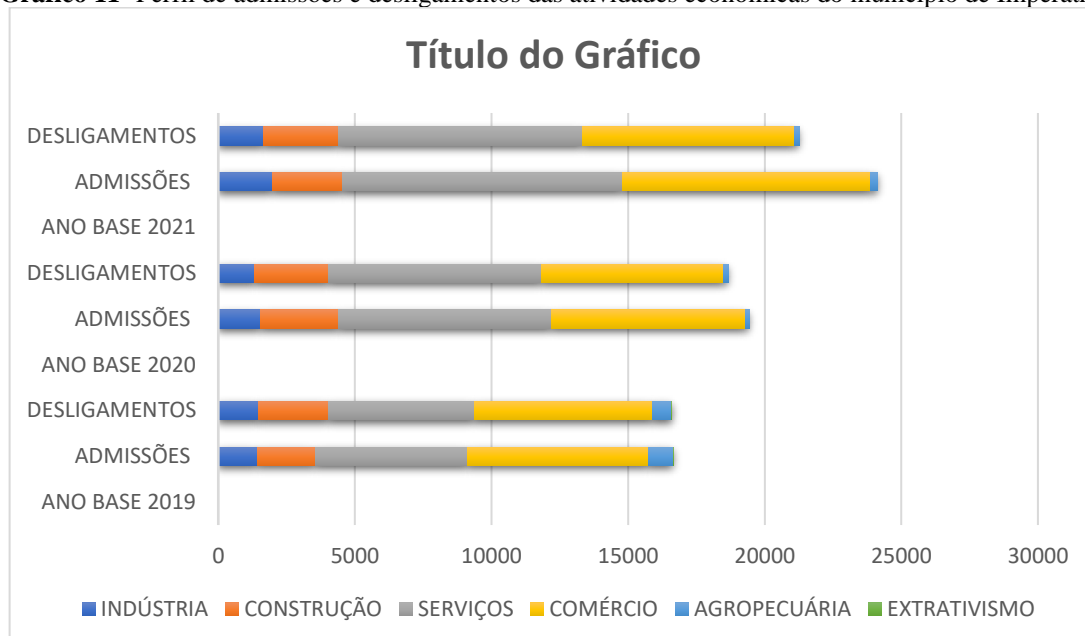
Com a instalação da fábrica da Suzano, o município teve um aquecimento no setor comercial, na prestação de serviços e na construção civil, proporcionando o aumento da empregabilidade.

Conforme demonstra o (gráfico 11), pode-se observar que as atividades de serviço e de comércio entre os anos de 2019 e 2021 foram os que mais admitiram, havendo um saldo positivo em relação ao quantitativo de desligamento. Nota-se também que no ano de 2020, ano que houve um crescimento de desligamento devido ao período da pandemia na cidade de

Imperatriz, as atividades econômicas ainda ficaram com saldo positivo, havendo mais admissões que desligamentos.

Ao analisar os setores que mais empregam, observou-se que, na atividade econômica de serviço, há maior empregabilidade para os trabalhadores da produção de bens e de serviços industriais, especificamente as ocupações de condutores de veículos e de operadores de equipamentos de elevação e de movimentação de cargas; e os trabalhadores com a ocupação de manobrista sobre os trilhos e a movimentação de carga, sendo acompanhados dos trabalhadores dos serviços de hotelaria e de alimentação, dos trabalhadores de vendas e de trabalhadores administrativos. Na atividade econômica de comércio, a maior empregabilidade encontra-se nos trabalhadores de vendas e os trabalhadores de serviços administrativos.

Gráfico 11- Perfil de admissões e desligamentos das atividades econômicas do município de Imperatriz



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

4.4.1 Instituto Federal do Maranhão- Campus Imperatriz

Diferente dos três *campi* abordados, o campus de Imperatriz foi criado antes da institucionalização do IFMA e chamava-se Unidade de Ensino Descentralizada de Imperatriz-UNEDI e na época fazia parte da Escola Técnica Federal do Maranhão; posteriormente, tornou-se Centro Federal de Educação tecnológica do Maranhão (CEFET).

A UNEDI iniciou suas atividades educativas na Escola Dorgival Pinheiro de Sousa, ofertando os cursos Edificações e Eletromecânica para comunidade e após dois anos foi criado o curso de Eletrotécnica.

Com a demanda de cursos pela comunidade, no ano de 1992, realizou-se o primeiro concurso público para contratação de docentes e técnicos administrativos a fim de colocar a escola em pleno funcionamento. Nesse mesmo ano, iniciou-se a construção do prédio da UNEDI.

Com a institucionalização do Instituto Federal, a UNEDI transformou-se em Campus Imperatriz, aumentando significativamente o número de cursos. O campus oferta à comunidade cursos de nível superior (licenciatura e bacharelado), especialização (*lato sensu*), técnicos (modalidades: integrado, concomitante e subsequente), PROEJA e FIC.

Entre os *campi* estudados, será observado através do gráfico 12 que o campus de Imperatriz é o que possui o maior quantitativo de cursos técnicos e o maior número de alunos matriculados, sendo possível relacionar o quantitativo desses cursos a três fatores: o tempo de existência do campus, a localização no segundo maior município populacional do estado do Maranhão e alcance de maior número de municípios ao seu entorno, como mostra o mapa 2.

Gráfico 12- Cursos ofertados no IFMA Imperatriz



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

4.4.1.1 Resultado

Conforme o gráfico 12, o campus de Imperatriz ofertou entre os anos de 2019 e 2021 23 cursos técnicos distribuídos entre as três modalidades de ensino: concomitante, subsequente e integrado. Para uma melhor compreensão da análise e ao notar que entre os 23 cursos oito se assemelham com alterações no tipo de modalidade, a pesquisadora irá analisar os planos de curso semelhantes, informando ao leitor a resolução e data de criação dos cursos, buscando equivalências entre as justificativas e objetivos para saber se os mesmos estão em conformidade com as atividades econômicas e a empregabilidade local.

O curso de Automação industrial na modalidade concomitante teve sua aprovação e criação pela Resolução nº 103 de 19 de setembro de 2013, sendo reformulado pela Resolução nº 010 de 19 de fevereiro de 2018. O curso na modalidade subsequente foi aprovado e criado pela Resolução nº 006 de 19 de fevereiro de 2018.

O curso de Automação industrial justifica-se pela localização do município de Imperatriz, localizada em uma região que interliga as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O município possui o maior PIB do Estado do Maranhão, sendo o maior centro industrial, educacional, financeiros e de serviços da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, apresentando-se como entreposto comercial e de produção de serviços, no qual se abastecem mercados locais em um raio de 400 km e forma com Araguaína- TO, Marabá- PA, Balsas- MA e Açailândia- MA, uma importante província econômica. Sendo assim, o plano de curso justifica-se pela capacitação e formação de profissionais qualificados para atuarem nessas indústrias.

Conforme a FIEMA, a produção industrial encontra-se muito concentrada em São Luís- MA, com 54,9% do PIB setorial; seguido de Açailândia, com 6,18%; Imperatriz, com 5,63%; Balsas, com 3,53%; e Caxias, com 1,99%.

De acordo com o CAGED, entre os anos de 2019 e 2021, teve-se em torno de 5.500 profissionais admitidos anualmente como trabalhadores da produção de bens e serviços industriais, especificamente os trabalhadores de estrutura de alvenaria, seguidos de trabalhadores de instalações elétricas, montagem de estruturas de madeira, metal e compositores em obras civis e trabalhadores na operação de máquinas de terraplanagem e fundações.

De acordo com o plano de curso, esse profissional, ao concluir, fica habilitado a trabalhar com os sistemas de automação, empregando programas de rede industrial e fazendo a manutenção desses sistemas. Esse profissional pode atuar em indústrias de linha de produção

automatizada, empresas integradoras de sistemas de automação industrial, fábrica de máquinas e grupos de pesquisas que desenvolvem projetos na área de sistema elétrico.

De acordo com o IBGE, no Cadastro Central de Empresas, o município de Imperatriz possui 6.924 empresas registradas no ano de 2020. Esses dados não especificam os setores de atuação; dessa forma, a pesquisadora não teve como identificar se a quantidade de indústrias e fábricas são suficientes para absorver esses profissionais. Sendo assim, ao analisar os dados de admissão do CAGED (gráfico 11), que indicam que esse setor não é o que mais emprega, ao verificar que a atividade econômica (ver quadro 4) encontra-se como o terceiro setor com maior PIB do município, e ao observar que uma das potencialidades econômicas da região é a indústria e que o IFMA de Imperatriz alcança alunos fora da sua localidade (mapa 2), afirmar-se que o curso de Automação industrial está em concordância com o APL e as potencialidades econômicas regionais.

A pesquisadora encontrou uma Resolução de nº 19/2007 referente às alterações nos componentes curriculares dos cursos técnicos de: Edificações e Edificações na modalidade integrada; o curso técnico em Eletromecânica; o curso técnico em Eletrotécnica e Eletrotécnica na modalidade integrada; o curso técnico em Segurança do Trabalho; e os cursos técnicos em Informática e Informática na modalidade integrada, quando o campus Imperatriz ainda era UNEDI. Foi observado na resolução que alguns cursos não estão discriminados conforme a modalidade, não havendo como fazer a identificação. No decorrer da escrita, será notado que na descrição de alguns desses cursos não foram encontrados os documentos referentes à resolução de criação e nem aos planos de curso.

Referente ao curso técnico em Edificações, encontrou-se a reformulação dos planos de curso nas modalidades subsequente, concomitante e integrado, respectivamente, sob: a Resoluções nº 013, de 10 de fevereiro de 2020; a Resolução nº 14, de 10 de fevereiro de 2020; e a Resolução nº 60, de 27 de outubro de 2020.

Durante a leitura dos planos referentes ao curso mencionado, no plano que se refere à modalidade integrada, foi citada a resolução de criação, que foi no ano de 2006, sob a Resolução CONSUP/IFMA nº 043. Nos planos referentes às modalidades subsequente e concomitante, não foi encontrada menção à criação deles.

O curso em Edificações se justifica devido à migração de brasileiros vindos de todas as partes para se estabelecer na cidade depois da construção da BR-010 e da descoberta da potencialidade da região no setor agropecuário e agro industrial. Essa migração trouxe o crescimento da cidade e, conseqüentemente, o aumento dos setores comerciais, exigindo a especial atenção na construção de edificações e obras de saneamentos básicos. O plano também

se justifica pela quantidade de empresas no Maranhão que atuam diretamente na construção de edifícios das mais variadas partes, exigindo profissionais qualificados para atuarem em diversos setores.

O CAGED tem registro específico da ocupação de técnicos em edificações na atividade econômica de construção, com uma média de 37 admissões anuais, além de possuir registro de trabalhadores da construção civil e obra pública que registra uma média 1000 admissões anuais variadas em diversas ocupações e com destaque para os serventes de obras e pedreiros.

Levando em consideração alguns perfis profissionais observados no plano de curso, observou-se que esse profissional pode atuar auxiliando de forma imediata o engenheiro ou arquiteto, realizando tarefas variadas na empresa. Conclui-se que o curso atende às demandas locais e possui empregabilidade no município e também na região, haja vista que essa profissão se faz presente em todas as atividades econômicas.

Referente ao curso técnico em Eletromecânica na modalidade integrada, não foi encontrado o documento de plano de curso inicial, apenas os documentos de Resolução nº 88/2008 referente à reformulação da estrutura curricular, quando o campus era UNEDI, e a Resolução de criação do curso técnico de nº 39 de 3 de dezembro de 2009. No curso na modalidade subsequente, foi encontrada a Resolução nº 083 de 27 de agosto de 2018, referente à reformulação, mas não foi encontrado o plano de curso inicial. Na modalidade concomitante, foi encontrado o documento de criação do curso que se deu pela Resolução de nº 090, de 27 de agosto de 2018, e foi encontrado o plano de curso no qual foi feita a análise.

A criação do curso justifica-se: pela localização do município; pela quantidade de concessionárias de veículos leves e pesados; pelas usinas de açúcar e álcool; pelas fábricas no ramo siderúrgico, e de papel e celulose; pela oficina para manutenção de vagões e locomotivas; pela Companhia Energética; pela Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão; pelas indústrias de cerâmicas, de bebidas, e de alimentos, entre outras, que ficam estabelecidas no município e adjacências. Essas são empresas que necessitam de profissionais qualificados, principalmente na área de Eletromecânica.

Um dos objetivos do curso é preparar profissionais especializados nas áreas de produção, instalação e manutenção industrial de sistemas mecânicos, hidráulicos, pneumáticos, máquinas térmicas, máquinas de fluxo, sistemas elétricos prediais, instalação e controle de máquinas elétricas em indústrias, produção de peças, montagem de conjuntos mecânicos, bem como em sistemas de melhoria de qualidade e produtividade.

De acordo com o plano de curso, esses profissionais são aptos a trabalhar em: indústrias com linhas de produção automatizadas, aeroespaciais, automobilística, metalomecânica e

plástico; indústrias de transformação e extrativa em geral; empresas de manutenção, reparos e comercialização de sistemas eletromecânicos; laboratórios de controle de qualidade, calibração e manutenção; ou de forma autônoma em atividades empreendedoras.

Ao analisar a empregabilidade desses profissionais no CAGED, verificou-se que, de forma específica, para técnicos em eletromecânica foram encontrados poucos registros, mas os profissionais que trabalham na produção de bens e serviços industriais geram em torno de 5.500 empregos anuais. Como o objetivo desse curso é formar profissionais nas mais diversas áreas relacionadas à profissão, conforme descrito, e que as indústrias estão cada vez mais informatizadas e mecanizadas, conclui-se que o curso atende à demanda do mercado local e regional.

O curso técnico de Eletrotécnica na modalidade concomitante, de acordo com o plano de curso, foi criado e aprovado pela Resolução nº 13/2000, que não foi encontrada pela pesquisadora, e reformulado pela Resolução nº 081, de 27 de agosto de 2018.

O plano de curso na modalidade subsequente foi reformulado em 27 de agosto de 2018 sob a Resolução nº 82, e a resolução de criação do curso na modalidade subsequente também não foi encontrado, mas no plano de curso foi feita menção à Resolução de nº 13/2000, a mesma resolução da modalidade concomitante.

Na modalidade integrada, a criação do curso foi sob a Resolução 43/2006, reformulado em 01 de novembro de 2019 no plano de curso dessa modalidade. A resolução de criação difere da encontrada pela pesquisadora; nesse plano, a resolução informada é a Resolução nº 96/2011.

A pesquisadora, ao verificar a Resolução nº 96/2011, identificou que ela se refere à alteração na organização curricular do curso, e essa mesma resolução reporta-se à resolução de criação de nº 43/2006 mencionada pela pesquisadora.

O curso de Eletrotécnica justifica-se devido ao grande avanço no uso da energia elétrica, e por causa da grande maioria das máquinas e equipamentos domésticos, industriais ou mesmo agrícolas, utilizarem componentes de base elétrica e/ou eletrônica. Na justificativa, é mencionada a seguinte assertiva sobre os alunos que finalizaram o curso: “nos últimos anos, dos 147 alunos do IFMA que concluíram o curso técnico em Eletrotécnica, cerca de 90% foram encaminhados para o campo de estágio e aproximadamente 80% já ingressaram no mercado de trabalho”. Esse relato demonstra que o mercado de trabalho está absorvendo esses profissionais.

Dentre os trabalhadores da produção de bens e serviços industriais, encontram-se de forma específica no CAGED os profissionais de fabricação e instalação de eletroeletrônica, que geram em torno de 75 empregos anuais, e os profissionais de instalações elétricas, que geram em torno de 250 empregos anuais. Entende-se que estes profissionais estão presentes em todos

as atividades econômicas e podem atuar como autônomo; por isso, pressupõe-se que o curso atende a comunidade e o mercado local e regional.

No curso de Informática, não foi encontrada pela pesquisadora a resolução de aprovação desse curso e nem o plano de curso. O histórico obtido é que o curso recebia o nome de desenvolvimento de sistemas, e que através da Resolução nº 66/2008, de 30 de setembro de 2008, foi aprovada a alteração do nome do curso para Informática.

No ano de 2009, no dia 3 de dezembro, houve uma alteração na organização curricular do curso sob a Resolução de nº 0042/2009, e no dia 21 de novembro de 2011 houve uma outra resolução de nº 96, que também alterava a organização curricular.

Como não se obteve o plano de curso que pudesse fornecer à pesquisadora o embasamento para análise que justificasse que a criação do curso estava em conformidade com a empregabilidade local e as atividades econômicas, a pesquisadora, apesar de já ter feito duas conclusões desse curso em dois *campi* do IFMA, já mencionados, não poderia tirar a conclusão desse curso no município com embasamento nos demais.

Conforme mencionado pela pesquisadora, na metodologia, os estudos de caso serão analisados de forma independente, podendo ou não mostrar resultados semelhantes. Para que isso ocorra, os dados devem ser do local estudado.

Referente ao curso técnico em Meio ambiente na modalidade integrada, foram encontradas pela pesquisadora duas resoluções de criação: a de nº 148/2010, de 12 de novembro de 2011; e a de nº 008/2008, de 19 de fevereiro de 2018, essa última acompanhada do plano de curso. O curso na modalidade concomitante foi criado sob a Resolução nº 008/2018, de 17 de fevereiro de 2017. Na modalidade subsequente, foi encontrado o documento de Resolução nº 075, de 01 de novembro de 2019, referente à reformulação; o documento de criação não foi encontrado, porém no plano de curso se faz menção à criação, que foi em 2011, sob a Resolução CONSUP nº 004.

De acordo com os planos de curso, o curso técnico em Meio ambiente justifica-se pelas unidades de conservação existentes no Maranhão, seguido das políticas de desenvolvimento do país e sua desconcentração industrial, acompanhando um quadro de crescimento urbano e industrial em franco desenvolvimento no Centro-Norte do país, inclusive no estado do Maranhão e, em especial, na sua Mesorregião Sudoeste, que tem Imperatriz como capital regional.

Esse desenvolvimento vem acompanhado de problemas ambientais decorrentes dos desequilíbrios da exploração excessiva dos recursos naturais, desmatamentos, uso predatório dos ambientes aquáticos e quebra de cadeias alimentares típicas dos ecossistemas naturais, bem

como por problemas específicos derivados do emprego de tecnologias produtivas, do uso inconveniente de matéria e energia nos processos industriais e nas comunidades urbanas, gerando os impactos de poluição do ar, da água e do solo, fazendo-se necessário profissionais nessa área para acompanhar esse desenvolvimento de forma a preservar os recursos naturais do Estado, especialmente da região, conforme o plano de curso de Meio ambiente sob a Resolução nº 075/2019.

De acordo com o CAGED, não há registros de admissão de profissionais com a ocupação de técnicos em meio ambiente. O que foi encontrado pela pesquisadora foram registros de profissionais de: técnicos florestais, com uma média de três admissões anuais; supervisores florestais, com uma média de 73 admissões anuais; e de técnico de apoio em pesquisa e desenvolvimento agropecuário florestal, com cinco admissões anuais. No ano de 2020, foi encontrada uma admissão de profissional de defesa ambiental e uma de técnico de controle ambiental.

A curiosidade da pesquisadora ao verificar o índice de admissão relevante na profissão de supervisores florestais fez com que ela verificasse no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos o perfil do profissional técnico em floresta para compará-lo com o técnico em meio ambiente. Observou-se que são perfis profissionais diferentes: enquanto o do meio ambiente trata de programas de proteção e controle ambiental de forma geral, o técnico florestal está voltado exclusivamente para área florestal, com trabalhos bem específicos a tudo que está ligado a essa área. Dessa forma, a pesquisadora observou que o profissional de meio ambiente não é absorvido pelo mercado local e nem regional, pelo menos de forma específica, mesmo sendo de grande importância para o meio ambiente.

O curso técnico em Química na modalidade integrada foi aprovado em 19 de setembro de 2011 pela Resolução nº 106 e reformulado em 19 de fevereiro de 2018 pela Resolução nº 015. O curso na modalidade concomitante foi aprovado pela Resolução nº 102, de 19 de setembro de 2013. Nessa modalidade, o documento de plano de curso não foi localizado pela pesquisadora. A modalidade subsequente foi criada e aprovada em 19 de fevereiro de 2018 sob a Resolução de nº 007.

O curso técnico em Química, de acordo com o plano, justifica-se devido à escassez de profissionais no eixo tecnológico de produção industrial que abrangessem tecnologias ligadas aos processos mecânicos, eletroeletrônico e físico-químico. Fazemos uma ressalva para o técnico em Química, que teria sua importância destacada nas instalações industriais e laboratoriais, além das empresas que já estavam instaladas no Estado. O plano destacou que um dos objetivos para a formação desses profissionais para atuar na indústria química é capacita-

los a fazer operações, controle, análise e monitoramento de produtos e processos industriais e laboratoriais. Dessa forma, verificou-se a importância de investir na formação do técnico em Química para fortalecer o crescimento da região

De acordo com o CAGED, entre os anos de 2019 e 2021, foram admitidos somente sete profissionais para atuarem como técnicos químicos no município. Não tem como se obter dados para saber se esses egressos estão atuando em outras áreas correlacionadas a essa profissão. Como a pesquisa está tratando dados específicos, pode-se concluir que o mercado de trabalho não absorve os profissionais que são formados em técnicos em Química, e ressalta ainda que a atuação desse profissional pode estar constituída em variadas atividades econômicas que necessitem de profissionais correlatos a essa profissão.

No curso técnico em Segurança do Trabalho na modalidade integrada, foram encontradas pela pesquisadora duas resoluções de aprovação e criação do curso, a primeira em 21 de novembro de 2011, sob a Resolução de nº 95, e a segunda sob a Resolução de nº 105 de 19 de setembro de 2013. No curso, na modalidade concomitante e subsequente, não foi encontrado pela pesquisadora o documento de criação, mas no plano de curso de ambas mencionava a Resolução nº 19/2007, que é referente à reformulação da organização curricular do curso quando o campus ainda era UNEDI. As duas últimas modalidades tiveram as reformulações dos seus planos de curso aprovadas no dia 28 de agosto de 2017, a primeira sob a Resolução nº 127 e a segunda sob a Resolução nº 126.

Entre as três modalidades mencionadas, somente o plano de curso na modalidade integrada não foi encontrado pela pesquisadora. Sendo assim, a análise foi feita pelos planos de curso das outras duas modalidades, que não diferem entre si.

O curso técnico de Segurança do Trabalho justifica-se através do desenvolvimento da região e do número crescente de empresas e indústrias que precisavam de profissionais capacitados nessa área para cumprir a Lei trabalhista nº 6514/77 de 22 de dezembro de 1977, que exige que toda empresa com 100 ou mais funcionários tenha em seu quadro de empregado um profissional de segurança do trabalho para realizar procedimentos de orientação sobre medidas de eliminação e neutralização de risco, produzir relatórios referentes à segurança e saúde do trabalhador, dentre outras atividades que protejam a vida do trabalhador contra acidentes.

Observar-se na própria justificativa do curso que a contratação desse profissional é obrigatória em empresas com mais de 100 funcionários. Independentemente da atividade econômica, é uma profissão que tanto o mercado de trabalho local quanto regional absorvem,

podendo ser percebido pelo número de admissões que, entre os anos de 2019 e 2021, teve uma média de 58 contratações registradas pelo CAGED de forma bem específica.

Imperatriz é o segundo maior município do Estado, tanto a nível populacional quanto ao PIB. De acordo com o CAGED, entre os anos 2019 e 2021 as atividades voltadas para as áreas de serviço e comércio cresceram, entre eles hotelaria, alimentação, vendas e serviços de administração. Como se pode observar no gráfico 11, a empregabilidade é grande e os níveis de atuação no mercado de trabalho é variado.

Nota-se que todos os cursos do IFMA de Imperatriz entre os anos pesquisados são voltados para o setor industrial, que possui grande empregabilidade. O gráfico 11 demonstra que outros setores também demandam de empregabilidade, significando a necessidade da diversificação de cursos para capacitação em outras áreas de atuação.

Dessa forma, em concordância com os dados disponibilizados pelo CAGED, ao observar que uma das missões do IFMA é proporcionar cursos profissionalizantes que atendam à demanda do município e contribua para o desenvolvimento do cidadão, faz-se necessário repensar os cursos propostos para o campus, e que haja uma avaliação das demandas atuais do mercado de trabalho, para que possíveis cursos em eixos diversificados possam abranger um número maior de alunos interessados em outras áreas. Ressalta-se que o campus atende a outros municípios, que devem ser levados em consideração ao pensar na proposta de novos cursos.

4.5 Quadro resumo dos resultados

Para uma melhor compreensão dos resultados obtidos durante a pesquisa, elaborou-se um quadro-resumo, que está separado por cada município estudado, contendo cada município, os cursos oferecidos pelo IFMA, as possíveis atividades econômicas em que estes cursos estão inseridos e os resultados alcançados na pesquisa. Eis, a seguir, o Quadro 5:

Quadro 5 - Resumo dos resultados obtidos na pesquisa

Município – São Raimundo das Mangabeiras		
Cursos técnicos ofertados pelo IFMA	Atividades econômicas de possível empregabilidade	Resultado
Meio Ambiente	Agropecuária	Sem registro de empregabilidade no CAGED.
	Indústria	
Informática	Indústria	Sem registro no CAGED, com ressalva que a função com maior
	Construção	

	Serviços	índice de empregabilidade exige conhecimento em informática.
	Agropecuária	
Aquicultura	Agropecuária	Sem registro de empregabilidade no CAGED.
Agropecuária	Agropecuária	Com registro e com maior empregabilidade na função de operador de máquinas de acordo com o CAGED.
Geoprocessamento	Indústria	Sem registro no CAGED, com ressalva de que o conhecimento na área permite atuação como autônomo e outras especificações que não têm como identificar a formação pela função.
	Construção	
Administração	Indústria	Com registro de empregabilidade, uma média de 85 trabalhadores anuais, de acordo com o CAGED, além de outras funções que requer formação na área.
	Construção	
	Serviços	
	Comércio	
	Agropecuária	
Município – Carolina		
Cursos técnicos ofertados pelo IFMA	Atividades econômicas de possível empregabilidade	Resultado
Meio Ambiente	Agropecuária	Sem registro de empregabilidade no CAGED.
	Indústria	
	Extrativismo	
Administração	Indústria	Com registro de empregabilidade, com destaque para a função de auxiliar administrativo, conforme o CAGED.
	Construção	
	Serviços	
	Agropecuária	
Município – Porto Franco		
Cursos técnicos ofertados pelo IFMA	Atividades econômicas de possível empregabilidade	Resultado
Meio Ambiente	Agropecuária	Sem registro de empregabilidade no CAGED.
	Indústria	
	Extrativismo	
Informática	Indústria	Com apenas um registro específico no CAGED nos três anos de pesquisa, com ressalva que a função com maior índice de
	Construção	
	Serviços	

		empregabilidade exige conhecimento em informática.
	Comércio	
	Agropecuária	
Administração	Indústria	Com registro no CAGED, com destaque para a função de vendas e atendimento ao público.
	Construção	
	Serviços	
	Comércio	
	Agropecuária	
Agronegócio	Indústria	Com registro no CAGED, ressaltando que o curso proporciona trabalhar em diversas áreas da empresa e uma das funções mais inerentes é o de alimentadores de linha de produção.
	Agropecuária	
Município – Imperatriz		
Cursos técnicos ofertados pelo IFMA	Atividades econômicas de possível empregabilidade	Resultado
Automação Industrial	Indústria	Sem registro específico no CAGED, mas com observação para os registros de admissão na produção de bens e serviços industriais que possuem sistema de automação.
Edificações	Indústria	Sem registro específico no CAGED, com observação para o registro de trabalhadores na construção civil e obra pública.
	Construção	
Eletromecânica	Indústria	Com pouco registro específico no CAGED, com ressalva que ele pode atuar em outras funções relacionadas à produção de bens e serviços industriais e na manutenção de máquinas.
Eletrotécnica	Indústria	Com registro, com destaque para os profissionais de instalações elétricas, de acordo com o CAGED.
	Construção	
	Serviços	
	Comércio	
	Agropecuária	
Informática	Indústria	Sem resultados por falta do plano de curso, mas com registro específico no CAGED.
	Construção	
	Serviços	
	Comércio	
	Agropecuária	
Meio Ambiente	Agropecuária	Sem registro específico de empregabilidade no CAGED.

	Indústria	
	Extrativismo	
Química	Indústria	Com registro de empregabilidade com somente sete técnicos admitidos entre os anos de pesquisa, conforme o CAGED, mas com possibilidade de atuarem em áreas correlatas.
	Extrativismo	
Segurança do Trabalho	Indústria	Com registro de empregabilidade no CAGED e com demanda no mercado trabalho, já que a profissão deve se fazer presente em organizações com 100 ou mais funcionários.
	Construção	
	Serviços	
	Comércio	
	Agropecuária	
	Extrativismo	

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa surgiu mediante a observação da pesquisadora quanto ao recorde de desemprego no Brasil no ano de 2021, e à falta de oportunidades de jovens e de adultos para ingressarem no mercado de trabalho, despertando para uma análise investigativa de como a educação profissional estava inserida nas atividades econômicas dessas localidades.

A pesquisa se deu primeiramente pelas abordagens de Santos (1988), (2006), (2008), (2018), para compreensão da regionalização no contexto social e econômico por meio da globalização e do avanço tecnológico que geraram desigualdade social e econômica. O mesmo estudo trouxe para a discussão as teorizações de Pochman (2008), que discorreu os projetos estratégicos de desenvolvimento nacional e apresentou uma discussão sobre emprego e educação profissional, juntamente com o autor Sen (2010), que se reportou à privação do sujeito e à falta de oportunidade que impede o seu desenvolvimento e o desenvolvimento social de um local.

Um das oportunidades estão voltadas à empregabilidade e à educação profissional que foram muito abordadas, neste estudo, e que teve como objetivo pesquisar a educação profissionalizante dos Institutos Federais, relacionando-os com as atividades econômicas desenvolvidas nos quatro municípios localizados na região Gerais de Balsas e região Tocantins Maranhense.

Para alcançar o objetivo proposto, foi feito um estudo de caso enfocando os dados de 4 municípios por meio de pesquisa qualitativa, com a utilização e a análise de dados secundários que foram extraídos do painel de admissão e de desligamento do CAGED, as atividades econômicas extraídas do IBGE em comparação com os planos de cursos ofertados pelos Institutos Federais localizados nos municípios.

Para a compreensão dos municípios, antes da realização da pesquisa, foi necessário conhecer o contexto social e econômico das regiões Gerais de Balsas e Tocantins Maranhense, em que foi possível extrair dados do IBGE para especificar as atividades econômicas e, por meio de bibliografia, verificar os potenciais econômicos dessas regiões.

O estudo de cada município foi específico, sendo abordado o contexto histórico, as atividades econômicas que mais geram renda e empregabilidade para o local, juntamente com o estudo caracterizando o IFMA local com abordagem dos cursos que cada instituição ofertou entre os anos de 2019 e 2021, extraído da Plataforma Nilo Peçanha.

Dessa forma, alcançaram-se os objetivos específicos, pois com esses dados foi possível identificar as atividades econômicas locais que mais geram emprego e renda nos municípios

pesquisados, bem como relacionar a educação profissional desenvolvida com as oportunidades de mercado de trabalho.

Para que não houvesse interferência nos resultados, as análises dos municípios foram feitas de forma específicas com alguns obstáculos encontrados, como os dados do CAGED, entre eles a complexidade na análise do painel de informação de admissões e demissões devido à sua classificação ser dada por meio de grande grupamento, seção, divisão, grupo, classe e subclasse e a dificuldade quanto aos documentos pesquisados no IFMA, pois muitos não foram encontrados no site da instituição e nem nos documentos que os gestores dispuseram, deixando alguns dados sem resultados.

A pesquisadora observou, nos planos de curso que foram analisados, que muitas justificativas eram baseadas para o desenvolvimento regional e nacional, que não deixa de ser importante, mas o propósito maior é permitir que a população daquele lugar se desenvolva no seu habitat e que ali possam se empregar e conseguir ser o seu agente de transformação e o agente transformador do local que habita.

Foi notado que muitos cursos estavam de acordo com as atividades econômicas locais e regional, mas muitos com pouca empregabilidade, seja porque esses profissionais não foram absorvidos pelo mercado, seja porque esses profissionais não estão atuando de forma específica na sua formação. Por isso, cabe uma pesquisa mais complexa de resgate desses alunos egressos para saber qual a profissão que eles estão exercendo no mercado de trabalho.

No mais, o que pode ser concluído pela pesquisadora é que apesar de as oportunidades de capacitação profissional serem fornecidas a esses locais, é necessário que, ao implementar um curso, a instituição faça uma pesquisa quanto as atividades econômicas que mais geram empregabilidade e que contribuem para o desenvolvimento tanto local quanto regional. Resgatando Santos (2008), é preciso relacionar o conhecimento do lugar com o conhecimento produzido no lugar.

Retomando Sen (2010), o que as pessoas conseguem realizar é influenciado por incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas. Dessa forma, é preciso fazer parcerias com as empresas para identificar as demandas de profissionais, podendo ainda estender a visualização da instituição a todos que são desprovidos de educação profissional, pois a Rede Federal é bem clara quando deixa entrever que é agente de desenvolvimento local e possibilita o acesso de pessoas menos favorecidas, mudando o seu foco de fator econômico para qualidade social e dessa forma fornecer à sociedade conhecimento contínuo para que o trabalhador possa ingressar no mercado de trabalho. Reavendo Pochmann (2004), o conhecimento é uma importante mudança na relação entre educação, formação e mundo do trabalho, sendo gerador de

transformação da vida. Esta transformação que foi proporcionada pelos estudos e oportunizada pelo mercado de trabalho, é que vai contribuir para o desenvolvimento local e regional.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho.** 7 ed. São Paulo. Cortez, 2000.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 . Dispõe sobre os Direitos Individual e Coletivo e os Direitos Sociais. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/> . Acesso em: 9 maio, 2022.

BRASIL. Coronavírus Brasil. **Ministério da Saúde.** Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.892 de 28 de dezembro de 2008.** Dispõe sobre a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 30 dez. 2008. p.1.

BRASIL. **Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012.** Dispõe sobre o plano de carreiras e cargos de magistério federal. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 28 dez. 2012. p.1.

BRASIL. **Portaria nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013.** Estabelece diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e define parâmetros e normas para a sua expansão. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 dez. 2013. p. 10.

BRASIL. Ministério da Educação. Plataforma Nilo Peçanha. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Rede federal de educação.** Brasília, DF, 2022. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial>. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Sumário executivo:** política Nacional de Desenvolvimento Regional-PNDR. Brasília, DF, 2022.

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS - CAGED. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/caged>. Acesso em: 3 fev. 2022.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO MARANHÃO – FIEMA. Maranhão Investimento e Oportunidades Regionais. **Trabalho e oportunidades regionais.** São Luís, out. 2017. p.13. Disponível em: <https://www.fiema.org.br/publicacoes/5>. Acesso em: 1 jun. 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, M. T: As mudanças no mercado de trabalho e o desemprego em Presidente Dutra/SP-Brasil. **Rev. Electrónica de Geografía Y Ciencia Sociales**, v. 6, n. 119, p. 32, 1 ago. 2002. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-32.htm>. Acesso em: 10 jun. 2021.

HAESBAERT, R. Conceitos fundamentais da geografia: região. **Rev. Geographia**, v. 21, n.45, 2019.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua mensal - PNAD 1º trimestre 2022**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 mar. 2022.

IBGE. Cidades e Estado. **Censo brasileiro de 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio>. Acesso em: 10 abr. 2022.

IBGE. *Covid-19*. **IBGE**. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/>. Acesso em: 8 mar. 2022.

IBGE. Desemprego. **IBGE**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego>. Acesso em: 20 abr. 2022.

IBGE. PNAD Contínua trimestral: desocupação fica estável em 26 das 27 UFs no 1º trimestre de 2022. **Agência de Notícias IBGE**, Rio de Janeiro, Editoria: Estatística Social, ago. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 ago. 2022.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Chapada das Mesas**. Brasília, DF, 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO - IFMA. **Plano de desenvolvimento institucional IFMA 2019-2023**. São Luís: IFMA, 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO - IFMA. **Documentos**. Disponível em: <https://carolina.ifma.edu.br/>. Acesso em: 15 jul. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO - IFMA. **Sobre o campus avançado Carolina**. Disponível em: <https://carolina.ifma.edu.br/>. Acesso em: 9 jun. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO - IFMA. **Sobre o campus avançado Porto Franco**. Disponível em: [Campus Avançado Porto Franco \(ifma.edu.br\)](https://campus-avancado-porto-franco.ifma.edu.br/). Acesso em: 9 jun. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO - IFMA. **Sobre o campus São Raimundo das Mangabeiras**. Disponível em: [Campus São Raimundo das Mangabeiras \(ifma.edu.br\)](https://campus-sao-raimundo-das-mangabeiras.ifma.edu.br/). Acesso em: 9 jun. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO - IFMA. **Sobre o campus Imperatriz**. Disponível em: [Campus Imperatriz \(ifma.edu.br\)](https://campus-imperatriz.ifma.edu.br/). Acesso em: 9 jun. 2022.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS - IMESC. **Regiões de desenvolvimento do Estado do Maranhão: proposta avançada 2020**. São Luís: IMESC, 2020.

JORGE, T.A.S. Mercado de trabalho. *In*: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

MARCELO, C. Desenvolvimento profissional docente: passado e futuro. **Revista de Ciências da Educação**, n. 8, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.unitau.br>. Acesso em: 18 mar. 2021.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Museu Virtual. **Belém-Brasília une país de Norte a Sul**. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/belem-brasilia-rodovia-de-integracao#card-108> . Acesso em: 11 jun. 2021.

PANTOJA, V; PEREIRA, J. Discurso do desenvolvimento: (in)visibilidade social, modernidade e progresso em Imperatriz- Ma. **Rev. Interações**, Campo Grande, MS, v. 20, p. 79 - 93, jan./mar.2019. Disponível em: <https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/1812>. Acesso em: 11 jun. 2021.

POCHMANN, M. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo, 2008.

POCHMANN, M. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? **Educ. Soc.**, Campinas, v.25, n. 87, p.383-399, maio/ago.2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA-MA. **Secretaria Municipal de Turismo de Carolina – SETUR**. Disponível em: <https://www.carolina.ma.gov.br/noticias/noticias/pesquisa/6>. Acesso em: 18 jun. 2021.

SANTOS, M. **Espaço & método**. São Paulo: Ed. Nobel 1988.

SANTOS, M. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 21, p. 7-14, 1996.

SANTOS, M. Região: globalização e identidade. *In*: LIMA, L. C. (org.). **Conhecimento e reconhecimento**: uma homenagem ao geógrafo cidadão do mundo. Fortaleza: Eduece/LCR, p.53-64, 2003.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M.; SILVEIRA. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, M. **O espaço dividido**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2018.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

SILVA, S. A PNDR e o planejamento regional brasileiro no início do século XXI. **Rev. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

THEIS, I. M. Desenvolvimento Desigual e Planejamento Regional no Brasil. **Rev. Paraense de Desenvolvimento-RPD**, Curitiba, v.37, n.131, p.79-97, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/issue/view/62>. Acesso em: 15 maio, 2021.

TRIVIÑOS, A. **Introdução a pesquisa em ciências social**: A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Ed. Atlas, 1987.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZABALA, A.; ARNAU, L. **Como aprender e ensinar competências**. Porto Alegre: Artmed, 2010.